

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
FACULDADE DE DIREITO**

PEDRO EDUARDO DE LIMA HILST

ANTICORRUPÇÃO E *COMPLIANCE*

**CURITIBA
2013**

PEDRO EDUARDO DE LIMA HILST

ANTICORRUPÇÃO E COMPLIANCE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito no curso graduação em Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Marcia Carla Pereira Ribeiro

**CURITIBA
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO EDUARDO DE LIMA HILST

Anticorrupção e Compliance

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

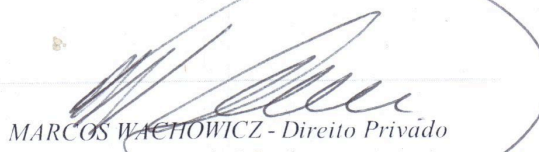


MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
Orientador

Coorientador



EDSON ISFER
Primeiro Membro



MARCOS WACHOWICZ - Direito Privado
Segundo Membro

Curitiba, 02 de dezembro de 2013

Aos meus pequeninos sobrinhos, Helena e Augusto, com carinho.

AGRADECIMENTOS

A Monografia marca a última etapa do meu curso de graduação em Direito, o qual iniciou-se no já distante ano de 2007. Os dois anos de trancamento total, necessários por causa de meu intercâmbio universitário em Engenharia, adiaram um pouco esse momento. Agora só tenho a agradecer à todos sem os quais não teria sido possível chegar a esta etapa final.

Primeiramente, agradeço à toda minha família por todo o afeto e pelas primeiras (e caras) lições sobre integridade. Em especial aos meus pais Azanete e Silvio por todo o apoio recebido até aqui e à minha irmã Silvia, pelo companheirismo desde sempre e pelo auxílio ao longo da presente graduação.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas, sobretudo aos que tornaram a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná um lugar inesquecível. Um agradecimento especial ao amigo Israel C. Guibor, cuja família tão gentilmente trouxe dos Estados Unidos parte da bibliografia estrangeira imprescindível para o bom desenvolvimento desta monografia.

Não poderia deixar de agradecer à professora Márcia Carla Pereira Ribeiro, que, além de inspirar em seus alunos o gosto pela disciplina de Direito Empresarial (o qual, ainda que didaticamente autônomo, está em contínuo e intenso intercâmbio com os demais ramos do Direito), aceitou orientar este trabalho de conclusão de curso.

Por fim, o maior dos agradecimentos a Deus que, apesar de ser um ideal inalcançável de integridade plena, nos aceita não obstante nossas (incontáveis) imperfeições.

***Integrity is doing the right thing,
even when no one is watching.***

***Integridade é fazer a coisa certa,
mesmo quando ninguém está vendo.***

C.S. Lewis (1898-1963)

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	01
1 CORRUPÇÃO E SOCIEDADE.....	03
1.1 RAZÕES PARA COMBATER A CORRUPÇÃO.....	04
1.2 AÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO	08
1.2.1 Câmara de Comércio Internacional.....	10
1.2.2 Transparência Internacional.....	11
2 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO.....	13
2.1 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO REGIONAIS.....	13
2.1.1 África.....	13
2.1.2 Ásia e Pacífico.....	15
2.1.3 Europa.....	16
2.1.4 América.....	18
2.1.5 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.....	19
2.2 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO GLOBAIS.....	20
2.2.1 Banco Mundial.....	20
2.2.2 Fundo Monetário Internacional.....	21
2.2.3 Organização das Nações Unidas.....	22

3	LEGISLAÇÃO ESTADUNIDENSE ANTICORRUPÇÃO	23
3.1	A ORIGEM DO <i>FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT</i>	23
3.2	O FCPA	25
4	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTICORRUPÇÃO	34
4.1	CÓDIGO PENAL	34
4.2	LEI 12.846/2013	38
5	COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO	46
5.1	PROGRAMAS DE COMPLIANCE	49
5.2	COMPLIANCE NA VOLVO	50
5.3	COMPLIANCE E REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO	56
	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXO A (<i>Foreign Corrupt Practices Act</i>)	68
	ANEXO B (Lei 12.846/2013)	89

RESUMO

O trabalho examina a correlação entre a prevenção e o combate à corrupção com o *compliance*. Analisa alguns efeitos da corrupção na sociedade e no mercado, destacando os benefícios de uma postura anticorrupção para toda a sociedade e os benefícios de uma conduta ética nos negócios para as empresas, os quais justificam os custos de um programa de *compliance*. Foram objeto de estudo as ações internacionais contra a corrupção, protagonizadas por Organizações e Bancos de Desenvolvimento Internacionais Multilaterais e por organizações não ligadas ao Poder Público, como a Câmara de Comércio Internacional e a Transparência Internacional, bem como o papel das pessoas comuns nesse cenário. Também foi analisada a legislação anticorrupção brasileira que se encontra no Código Penal e na recém-promulgada Lei 12.846/2013 e a legislação estadunidense, com enfoque no temido *Foreign Corrupt Practices Act*, cujas determinações e pesadas sanções podem alcançar, dependendo da situação, empresas brasileiras ou empresas no Brasil. Por fim, pretende-se demonstrar como uma empresa, internamente, por meio de um eficiente programa de *compliance*, pode se ver – e assim ser percebida pelos *stakeholders* – segura e íntegra, minimizando os riscos atrelados à reputação e o risco legal/regulatório.

Palavras-chave: risco, corrupção privada, integridade, FCPA, *compliance*.

INTRODUÇÃO

A corrupção é um problema desde há muito enfrentado por governos, organizações e pessoas em todo o planeta. À parte a questão moral, há motivos concretos para somar esforços em seu combate? Economistas, no passado, chegaram à argumentar que poderia ser inclusive benéfico ao desenvolvimento econômico, mas hoje se tem demonstrado empiricamente que a corrupção enfraquece as instituições, atenta contra a democracia e o Estado de Direito e inibe o crescimento econômico, favorece a má gestão dos bens públicos e, entre outros efeitos indesejáveis, causa distorções no mercado ao interferir na concorrência leal entre as empresas.

No plano internacional, várias são as convenções internacionais as quais versam sobre a prevenção e o combate à corrupção. Dentre as ratificadas pelo Brasil estão a Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA (Organização dos Estados Americanos) de 1996, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos) de 1997 e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, sejam regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou globais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), atualmente contemplam em suas políticas estratégias contra a corrupção interna e nos programas por eles financiados.

Ao final do século XX, a corrupção privada empresarial passou de incentivada em países como a Alemanha e o Reino Unido, pela possibilidade de dedução fiscal dos valores de suborno pagos no exterior, à prática globalmente condenada. A atualidade do tema reside, sobretudo, nas alterações na lei anticorrupção estadunidense, o *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), e na crescente posituação de normas anticorrupção, francamente impulsionada pelos tratados internacionais, em vários outros países.

Em um mundo cada vez mais globalizado, poderiam os efeitos dessas normas alcançar empresas brasileiras ou empresas no Brasil? Como se verá, a resposta pode ser afirmativa, o que torna necessário seu estudo.

Nessa esteira, o legislador brasileiro também começa a demonstrar preocupação com a corrupção empresarial, tendo sido recentemente promulgada a Lei 12.846/2013, a qual permite no ordenamento jurídico pátrio a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional e estrangeira.

Inseridas nesse contexto, as empresas tem recorrido ao *compliance* para fazer frente às normas de prevenção e combate à corrupção nacionais e estrangeiras, aos pactos de integridade empresarial voluntariamente celebrados e às suas próprias normas e códigos internos. O *compliance*, mais do que a simples observância da lei e marcos regulatórios, tem por objetivo estabelecer uma cultura na empresa a fim de mitigar o risco atrelado à reputação e o risco legal/regulatório. Nenhuma empresa pode atualmente dar-se ao luxo de ignorar a extensão potencial dos riscos de *compliance* ou privar-se dos benefícios que uma política anticorrupção efetiva pode lhe proporcionar. Nessa seara, o profissional do Direito pode contribuir em muito com a boa governança e integridade das empresas.

No primeiro capítulo do presente trabalho, pretende-se discutir os efeitos nefastos da corrupção para a sociedade e no mundo dos negócios, além de abordar a contribuição não governamental, ou seja, das pessoas, empresas e organizações não ligadas ao Poder Público em sua prevenção e combate.

Já nos segundo, terceiro e quarto capítulos, a análise se detém nos esforços multilaterais anticorrupção e na legislação interna estadunidense e brasileira, em outras palavras, na resposta estatal ao problema. São estudados os tratados e convenções internacionais e as ações dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, a legislação pertinente dos Estados Unidos da América (com maior enfoque no temido *Foreign Corrupt Practices Act*) e o tratamento dispensado pelo legislador brasileiro à temática no Código Penal e na recém-promulgada Lei 12.846, de 1º. de agosto de 2013.

O quinto e derradeiro capítulo é dedicado a justificar e apresentar a principal reação das empresas a esse cenário, o *compliance*, bem como abordar aspectos comumente apontados de um efetivo programa de *compliance*, trazendo o exemplo da Volvo AB.

1 CORRUPÇÃO E SOCIEDADE

O fenômeno da corrupção não é novo, remontando à Antiguidade. Aristófanes, autor de várias comédias teatrais, já fazia troça de práticas de corrupção na política ateniense. Na peça *Os Cavaleiros*, há um personagem que desde criança apresentava “características” de um político, quais sejam, o roubo e a mentira. Paflagônio, além de ser acusado de comprar apoio político de juízes e soldados com recursos do erário público, afirmava que roubava e agia de acordo com interesses particulares, mas para o bem da cidade¹.

No Brasil atual, a confiança nas instituições está abalada. O Índice de Confiança Social (ICS) é pesquisado pelo IBOPE desde 2009, sendo que entre as instituições avaliadas, o Congresso Nacional e os partidos políticos ocupam, desde então, as últimas posições do *ranking*. Abaixo, os resultados de 2013², ano no qual houve manifestações de rua por todo o país:

GRÁFICO 01 – Índice de Confiança nas Instituições 2013

Confiança nas instituições – 0 a 100



¹ VIEIRA, Ana Livia Bomfim. Algumas Considerações sobre Política e Corrupção na Grécia Antiga. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

² IBOPE. *Cai a confiança dos brasileiros nas instituições*. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes.aspx>>. Acesso em: 07 de set. 2013.

Entretanto, a corrupção terá uma significativa faceta privada enquanto o suborno de agentes públicos e as doações ilegais à candidatos e partidos políticos forem práticas recorrentes. Martin e Daniel BIEGELMAN³ bem asseveram que

A corrupção só pode existir e florescer se for tolerada. Empresas e governos precisam tomar posição e lutar contra a corrupção e o suborno. Isso só pode ser feito se as pessoas se recusarem a participar de atividades corruptas. As pessoas tem que assumir responsabilidade. A cadeia de corrupção pode ser quebrada se mesmo apenas um participante dizer não.

1.1 RAZÕES PARA COMBATER A CORRUPÇÃO

Segundo Marcelo COIMBRA, Vanessa MANZI *et al*⁴, a corrupção é “combatida não apenas por questões morais ou por uma determinada visão de mundo, mas porque traz prejuízos econômicos e sociais, como a distorção dos mercados, inibe o crescimento econômico, afetando a democracia e o Estado de Direito”.

No passado, a corrupção não era percebida como prejudicial ao desenvolvimento, argumentando-se quanto aos seus potenciais benefícios⁵. Nos anos 60, autores como Nathaniel H. Leff e Samuel P. Huntington defendiam que poderia funcionar como um “lubrificante” para os negócios – e o crescimento econômico – em burocracias paralisantes. Um entendimento em sentido contrário foi se formando e hoje, majoritariamente, se entende que a corrupção traz como saldo efeitos negativos à economia⁶.

³ Tradução livre para: “Corruption can only exist and flourish if it is tolerated. Businesses and governments need to step forward and fight corruption and bribery. This can only be done if people refuse to participate in corrupt activities. People have to take responsibility. The corruption chain can be broken if even one participant says no”. BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 5.

⁴ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 59.

⁵ ADB. *Anticorruption*. Disponível em: <<http://www.adb.org/sites/default/files/pub/1998/anticorruption.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

⁶ HERNANDES, Pedro P. Combate à corrupção no Brasil: *análise sob a ótica da economia da corrupção*. 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/concursos/Arquivos/6_ConcursoMonografias/1-Lugar-Universitarios.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2013.

De acordo com Paolo MAURO⁷, dados empíricos indicam que a corrupção influencia negativamente a taxa de investimentos, com a consequente queda do crescimento econômico. Onde o *rent seeking*⁸ (por exemplo, grupos de pressão - *lobby*) é mais vantajoso do que o trabalho produtivo, talentos (e recursos) acabam sendo desviados do setor produtivo, também com impacto negativo no crescimento econômico. Em países em desenvolvimento, a efetividade dos auxílios recebidos é reduzida pela corrupção. A corrupção ainda pode levar ao desequilíbrio orçamentário do Estado pela perda de receita por evasão fiscal, pelo aumento da despesa pública ou por empréstimos impróprios concedidos por instituições públicas a taxas de juros abaixo do mercado. Pode ocorrer também a perda do foco das políticas públicas, sendo a escolha dos investimentos baseada não no interesse coletivo, mas no potencial suborno e desvio de verbas, o que tende a baixar a qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura de um país. Empiricamente, observa-se que em “países onde a corrupção percebida é menor, o PIB per capita e o IDH são mais elevados e maior tende a ser a sua competitividade”⁹.

Robert David PUTNAM¹⁰ desenvolveu um interessante estudo por mais de vinte anos em seis regiões italianas. Em 1970, governos regionais com estruturas e mandados constitucionais basicamente idênticos foram criados, mas o desenvolvimento econômico e o êxito das instituições mostraram-se muito diferentes nas regiões pesquisadas. As regiões que mais se desenvolveram, as do norte da Itália, tinham por característica serem sociedades mais cívicas, nas quais há maior preocupação republicana e a vida coletiva é facilitada pela expectativa de que os outros provavelmente seguirão as regras, o que aumenta a probabilidade de o cidadão agir da mesma forma, com maiores vantagens partilhadas. Argumenta o

⁷ MAURO, Paolo. *Why worry about corruption?* Washington: IMF, 1997. p. 6-7.

⁸ O termo *rent seeking* foi cunhado por Anne O. Krueger no artigo *The Political Economy of the Rent-Seeking Society*, publicado em 1974 na revista *American Economic Review*. De acordo com Gordon TULLOCK, refere-se ao investimento de recursos em esforços para a criação de monopólios, o qual incorre, por ser investimento improdutivo, em custo social. Ver TULLOCK, Gordon. *The New Palgrave Dictionary of Economics Online*. Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_R000100>. Acesso em: 09 de out. 2013.

⁹ FIESP. Relatório Corrupção: *custos econômicos e formas de combate*. 2008. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=2021>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

¹⁰ PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: *a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, *passim*.

autor que a tragédia dos comuns¹¹ poderia explicar o fracasso institucional e econômico das regiões menos desenvolvidas do sul da Itália, inseridas em um círculo vicioso de desconfiança, oportunismo, máfia e corrupção de difícil mudança.

A corrupção é óbice ao desenvolvimento, e o desenvolvimento é parte dos direitos humanos. Segundo António José AVELÃS NUNES¹²,

a verdade é que vários documentos da ONU (na sequência, aliás, do art. 55º da Carta das Nações Unidas) consagram o *direito ao desenvolvimento* como um direito fundamental dos povos. Basta recordar o *Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (16 de Dezembro de 1996), a *Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento no Domínio Social* (11 de Dezembro de 1969), a *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento* (aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1986) e o *Programa de Acção* aprovado em Viena em 1993, na Conferência das Nações Unidas sobre Direito Humanos, no qual se proclama que o direito ao desenvolvimento é “um direito humano universal e inalienável e uma parte integrante dos direitos humanos fundamentais”.

Portanto, de acordo com Larissa RAMINA¹³, deve-se combater a corrupção em defesa dos Direitos Humanos. Dentre os organismos internacionais, é uníssona a opinião de que a corrupção deve ser prevenida e combatida por seus efeitos nefastos. Lê-se no preâmbulo da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 (UNCAC)¹⁴:

¹¹ A Tragédia dos Comuns (*tragedy of the commons*) foi abordada primeiramente em um panfleto sobre população pelo matemático amador William Forster Lloyd (1794-1852), ganhando grande repercussão depois do artigo de Garrett HARDIN, publicado em 1968 na revista *Science*. A palavra tragédia é tomada em sentido semelhante às tragédias gregas, uma sequência inexorável de acontecimentos com fim lamentável. Imaginado um baldio comum, onde todos podem levar seu rebanho para pastar, cada um racionalmente conclui que é vantajoso aumentar seu próprio rebanho, uma vez que a exterioridade positiva desse ato fica no domínio privado (mais um animal) e a exterioridade negativa fica dividida entre todos (consumo do pasto). Na medida em que o número de animais aumenta, o pasto é consumido acima de sua capacidade de recomposição, ocasionando o fim do baldio como área de pasto e o fim da atividade econômica para todos. A tragédia dos comuns configura uma metáfora que sinaliza a exaustão de recursos escassos públicos ou quase-públicos na satisfação de necessidades infinitas na ausência de regulamentação. No contexto de uma sociedade menos cívica, a corrupção leva a um resultado lastimável para todos: o subdesenvolvimento institucional e econômico. Sobre a tragédia dos comuns, ver AGUSTINHO, Eduardo de Oliveira. As Tragédias dos Comuns e dos Anticomuns. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinícius (Coords). *O que é Análise Econômica do Direito: uma introdução*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 49-62.

¹² AVELÃS NUNES, António José. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 110-111.

¹³ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 131.

¹⁴ A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção pode ser acessada, em português, no *link*: http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf

Preâmbulo

Os Estados Partes da presente convenção,

Preocupados com a gravidade dos problemas e com as ameaças decorrentes da corrupção, para a estabilidade e a segurança das sociedades, ao enfraquecer as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o Estado de Direito;

Preocupados, também, pelos vínculos entre a corrupção e outras formas de delinquência, em particular o crime organizado e a corrupção econômica, incluindo a lavagem de dinheiro;

Preocupados, ainda, pelos casos de corrupção que penetram diversos setores da sociedade, os quais podem comprometer uma proporção importante dos recursos dos Estados e que ameaçam a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável dos mesmos;

Convencidos de que a corrupção deixou de ser um problema local para converter-se em um fenômeno transnacional que afeta todas as sociedades e economias, faz-se necessária a cooperação internacional para preveni-la e lutar contra ela;

Convencidos, também, de que se requer um enfoque amplo e multidisciplinar para prevenir e combater eficazmente a corrupção;

Convencidos, ainda, de que a disponibilidade de assistência técnica pode desempenhar um papel importante para que os Estados estejam em melhores condições de poder prevenir e combater eficazmente a corrupção, entre outras coisas, fortalecendo suas capacidades e criando instituições;

Convencidos de que o enriquecimento pessoal ilícito pode ser particularmente nocivo para as instituições democráticas, as economias nacionais e o Estado de Direito;

Decididos a prevenir, detectar e dissuadir com maior eficácia as transferências internacionais de ativos adquiridos ilicitamente e a fortalecer a cooperação internacional para a recuperação destes ativos;

Reconhecendo os princípios fundamentais do devido processo nos processos penais e nos procedimentos civis ou administrativos sobre direitos de propriedade;

Tendo presente que a prevenção e a erradicação da corrupção são responsabilidades de todos os Estados e que estes devem cooperar entre si, com o apoio e a participação de pessoas e grupos que não pertencem ao setor público, como a sociedade civil, as organizações não-governamentais e as organizações de base comunitárias, para que seus esforços neste âmbito sejam eficazes;

Tendo presentes também os princípios de devida gestão dos assuntos e dos bens públicos, equidade, responsabilidade e igualdade perante a lei, assim como a necessidade de salvaguardar a integridade e fomentar uma cultura de rechaço à corrupção;

(...)

Chegaram em acordo ao seguinte:

Os custos da corrupção são elevados. No mundo, estima-se que a corrupção consuma 5% do PIB global (US\$2.6 trilhões), com o pagamento de US\$1 trilhão em subornos e outras formas de corrupção todos os anos¹⁵. O custo da corrupção se traduz em até 10% de aumento no custo de fazer negócios e em até 25% de aumento das despesas em contratos públicos nos países em desenvolvimento¹⁶. No Brasil, um estudo feito em 2008 pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) concluiu que “o custo médio da corrupção no Brasil é estimado entre 1,38% a 2,3% do PIB, isto é, de R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões”¹⁷.

Diante das mazelas ligadas à corrupção, incrementou-se nos Estados sua prevenção e combate. Também a sociedade (indivíduos, empresas e organizações não governamentais) tem seu papel.

1.2 AÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Segundo dados do Barômetro Global da Corrupção (*Global Corruption Barometer*) da Transparência Internacional (TI) de 2013, 67% das pessoas entrevistadas em 107 países (entre eles o Brasil) acreditam que pessoas comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção. As pessoas colaboram ao dizer não à corrupção, ao registrarem incidentes de corrupção e ao participar ativamente em ações anticorrupção. Entretanto, um terço dos entrevistados afirmaram que não fariam registro de incidentes de corrupção porque, de acordo com 45% deles, não faria diferença alguma (o que denota desconfiança nas leis e instituições) ou, segundo 35% deles, por temer represálias. Importante destacar que 87% dos entrevistados manifestaram que participariam ativamente em ao menos uma forma de ação anticorrupção proposta (apoiar organizações anticorrupção, participar de

¹⁵ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 59.

¹⁶ Idem. p. 60.

¹⁷ FIESP. Relatório Corrupção: *custos econômicos e formas de combate*. 2008. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=2021>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

protestos pacíficos, assinar petições, manifestar-se em redes sociais, pagar mais por produtos de empresas integras)¹⁸.

As empresas, fundamentais na prevenção e combate à corrupção, contribuem ao garantir a observância da legislação e estabelecer normas internas anticorrupção, o que pode ser atingido com programas eficientes de *compliance*. Também contribuem ao divulgar e participar de iniciativas conjuntas, como o Pacto Global das Nações Unidas (*United Nations Global Compact*), o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção e a PACI (*Partnering Against Corruption Initiative* – Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção, em português).

O Pacto Global das Nações Unidas “é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção”¹⁹. Lançado em 2000, o Pacto Global conta com mais de 8.700 empresas participantes e *stakeholders* de mais de 140 países, o que o torna a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo²⁰. No que toca ao combate à corrupção, o Décimo Princípio institui que as “empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”²¹.

O Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, lançado em 2006, é promovido pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), em conjunto com a UniEthos, a Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o UNODC (Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime) e o Comitê Brasileiro do Pacto Global. Seu objetivo é agregar empresas com a finalidade de promover um mercado mais ético e íntegro, erradicando o suborno e a corrupção. As empresas signatárias (atualmente 353) assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção,

¹⁸ TI. Global Corruption Barometer 2013. Berlim: Transparency International, 2013.

¹⁹ ONU. O Pacto Global. Disponível em <<http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/index.html>>. Acesso em: 12 de set. 2013.

²⁰ ONU. Nações Unidas: *Pacto Global*. Nova York: United Nations, 2011.

²¹ Idem.

proibir o suborno, primar pela legalidade e transparência em doações eleitorais e colaborar, quando necessário, com investigações²².

O PACI foi criado em 2004 pelo Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) com o objetivo de que diretores executivos empreguem sua influência para desenvolver princípios e boas práticas no intuito de criar um ambiente de negócios competitivo, baseado na integridade, lealdade e conduta ética²³. A iniciativa solicita a líderes empresariais que se comprometam a estabelecer uma política de tolerância zero em relação ao suborno e à corrupção e a desenvolver um programa anticorrupção interno²⁴. A PACI até o presente foi firmada por 140 empresas²⁵, entre elas Embraer, Petrobras e Odebrecht²⁶.

Dentre as diversas organizações não governamentais com atuação anticorrupção, duas instituições se destacam devido a sua reputação e atuação global: a CCI (Câmara de Comércio Internacional) e a TI (Transparência Internacional).

1.2.1 CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Câmara de Comércio Internacional (CCI) – em inglês, *International Chamber of Commerce* (ICC) – na esteira do Conselho da Europa e da União Europeia, reconhece a importância da luta anticorrupção no setor privado, devido ao papel proeminente do setor na economia globalizada e à privatização de empresas públicas e atividades governamentais²⁷.

²² ETHOS. *Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/projetos/em-andamento/pacto-empresarial-pela-integridade-e-contra-a-corupcao/#.Ui9kMuA0PJ8>>. Acesso em: 08 de set. 2013.

²³ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 99.

²⁴ FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Partnering Against Corruption Initiative*. Disponível em: <<http://www.weforum.org/issues/partnering-against-corruption-initiative#Anti-corruption>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

²⁵ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 99.

²⁶ FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Partnering Against Corruption Initiative Members*. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/IP/2013/PACI/WEF_PACI_Members_2013.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013.

²⁷ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 62.

As Regras da CCI para o combate à corrupção (*Règles d'ICC pour combattre la corruption*) foram publicadas pela primeira vez já em 1977, com significativas mudanças até a sua versão atual de 2011. As regras pretendem ser um método de auto-regulamentação para as empresas, constituído por recomendações de boas práticas comerciais para prevenção da corrupção²⁸.

Atualmente, as Regras da CCI se dividem em três partes. A Parte I contém as regras propriamente ditas, a Parte II trata das políticas que as empresas são estimuladas a implementar para estar em conformidade com as Regras da CCI e a Parte III sugere uma série de elementos de um programa efetivo de *compliance*²⁹.

As proibições estão no artigo 1 (Parte I). É vedado às empresas, nas relações com agentes públicos, partidos políticos, candidatos a função pública ou diretores, gerentes ou empregados de uma empresa, a realização de práticas de corrupção, o que abrange a corrupção, a extorsão, a solicitação, o tráfico de influência ou a lavagem do produto de tais práticas. Ressalte-se que o termo “empresa”, no contexto das Regras da CCI, é entendido como qualquer pessoa física ou jurídica engajada em atividades econômicas, com ou sem fins lucrativos, incluindo qualquer entidade controlada por um Estado ou por uma de suas subdivisões territoriais, bem como as matrizes das empresas e suas subsidiárias controladas³⁰.

1.2.2 TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

A Transparência Internacional (*International Transparency*) é uma organização não governamental com sede em Berlim, Alemanha, a qual tem por objetivo “o combate a corrupção em transações comerciais internacionais através de alianças domésticas e internacionais que encorajem governos no estabelecimento e implementação de leis mais eficazes, políticas públicas e programas anti-

²⁸ CCI. *ICC Rules on Combating Corruption*. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/advocacy-codes-and-rules/areas-of-work/corporate-responsibility-and-anti-corruption/ICC-Rules-on-Combating-Corruption/>> . Acesso em: 10 de set. 2013.

²⁹ CCI. *Règles d'ICC pour combattre la corruption*. 2011. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/Data/Policies/2011/Règles-d'ICC-pour-combattre-la-corruption/>>. Acesso em: 12 de set. 2013. p.5.

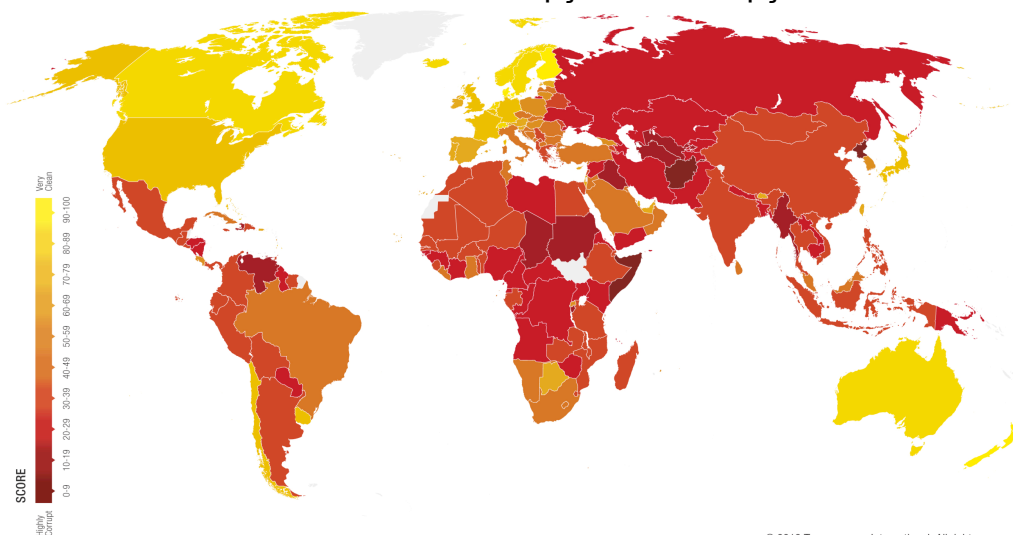
³⁰ Idem. Ibidem.

corrupção”³¹. Martin e Daniel BIEGELMAN apontam a Transparência Internacional (TI) como a principal organização não governamental internacional no combate à corrupção³².

Anota Larissa RAMINA³³ que são quatro as preocupações da TI: humanitária, pois a corrupção, por prejudicar o desenvolvimento, é contrária aos direitos humanos; democrática, porque a corrupção enfraquece a democracia; ética, porque a corrupção provoca rupturas na integridade social; e prática, pois a corrupção causa distorções no mercado.

Segundo a Transparência Internacional, sua maior conquista foi colocar na ordem do dia a discussão sobre a corrupção, pois no início da década de 90 este era um assunto tabu para o qual os setores público e privado preferiam fazer vista grossa. A organização também desenvolveu índices para a medição do nível percebido de corrupção nos países pesquisados, o Barômetro Global da Corrupção (*Global Corruption Barometer*) e o Índice de Percepção de Corrupção (*Corruption Perceptions Index*)³⁴. A figura abaixo representa último resultado do Índice de Percepção de Corrupção (2012), que mede a percepção do nível de corrupção no setor público³⁵.

FIGURA 01 – Índice de Percepção de Corrupção 2013



³¹ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 64.

³² BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 42.

³³ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 64.

³⁴ TI. *FAQs on Transparency International*. Disponível em <http://www.transparency.org/whoweare/organisation/faqs_on_transparency_international/2/#achievements>. Acesso em: 07 de set. 2013.

³⁵ TI. *Global Corruption Perceptions Index 2012*. Berlim: Transparency International, 2012.

2 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO

A globalização intensificou o comércio entre os países, mas também internacionalizou ainda mais as práticas de corrupção. Ainda que o direito comercial tenha sempre tido a característica do cosmopolitismo³⁶, com a globalização e o desenvolvimento tecnológico o comércio transnacional tornou-se mais intenso. Produtos e serviços frequentemente cruzam as fronteiras nacionais e as empresas multinacionais chegam a instalar subsidiárias em vários países. Esse maior intercâmbio comercial propiciou maior contato com autoridades e ordenamentos jurídicos dos países nos quais e com os quais se faz negócios, aumentando as oportunidades de suborno.

Atentos a essa realidade, os países e bancos multilaterais de desenvolvimento preocuparam-se em somar esforços para a prevenção e combate à corrupção nos setores público e privado.

2.1 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO REGIONAIS

No plano internacional, a temática da corrupção foi inicialmente abordada de forma regional na década de 90. Conforme relata Larissa RAMINA³⁷, com exceção do Oriente Médio, iniciativas desta natureza ocorreram em todo o mundo.

2.1.1 ÁFRICA

Houve, inicialmente, a adoção dos Princípios para o Combate da Corrupção em Países Africanos, fruto de um encontro da Coalizão Global pela África realizado em 1999 na cidade de Washington, EUA, com a participação de representantes de Benin, Botswana, Etiópia, Gana, Malawi, Mali, Moçambique, Senegal, África do Sul,

³⁶ BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla P. *Curso Avançado de Direito Comercial*. 6ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 36.

³⁷ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 69.

Tanzânia e Uganda. O último dos Princípios estabeleceu que os governos apoiariam a elaboração e adoção de uma convenção africana para o combate à corrupção³⁸.

De fato, no ano de 2003, foi adotada em Maputo, Moçambique, a Convenção da União Africana sobre a prevenção e o combate à corrupção. Até o momento, somente oito países membros da União Africana não assinaram a referida Convenção (Botswana, República Centro-Africana, Cabo Verde, Egito, Eritreia, República Árabe Saharaui Democrática, São Tomé e Príncipe e Tunísia)³⁹. Os cinco princípios da Convenção⁴⁰ são elencados em seu artigo 5º.:

1. Respeito pelos princípios e instituições democráticos, a participação popular, o estado de direito e a boa governação.
2. Respeito pelos direitos do homem e dos povos, em conformidade com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos relevantes dos Direitos Humanos.
3. Transparência e responsabilidade na gestão dos assuntos públicos.
4. Promoção da justiça social para assegurar um desenvolvimento sócio- económico equilibrado.
5. Condenação e rejeição dos actos de corrupção, das infracções relacionadas e da impunidade.

O Banco de Desenvolvimento Africano (*African Development Bank – AfDB*) foi fundado em 1964 para promover o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza na África e conta atualmente com 77 países acionistas, sendo 53 africanos e 24 de fora do continente (entre eles o Brasil)⁴¹. O Banco voltou-se à promoção da boa governança no fim dos anos 90, “concentrando-se especificamente na importância de procedimentos que assegurem a transparência de contratos administrativos, tanto nos projetos financiados pelo Banco, quanto nos

³⁸ Idem. p. 71.

³⁹ Cumpre informar que o Marrocos não é membro da União Africana. BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 81.

⁴⁰ A Convenção da União Africana pode ser acessada, em português, no link: <[http://sp.au.int/ANTICOR/system/files/Convention\(portuguese\)_0.doc](http://sp.au.int/ANTICOR/system/files/Convention(portuguese)_0.doc)>.

⁴¹ São membros africanos: Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe. São membros de fora do continente: Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canada, China, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Kuwait, Países Baixos, Noruega, Portugal, Arábia Saudita, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América e Emirados Árabes Unidos (apenas como membro do fundo de desenvolvimento).

sistemas de contratos administrativos dos Estados membros”⁴². Em 2005, o Banco criou uma divisão de investigação antifraude e anticorrupção para extirpar más condutas, fraude e corrupção em seus próprios quadros e nos projetos por ele financiados, sendo o combate à corrupção parte integrante do desenvolvimento econômico e social que o Banco de Desenvolvimento Africano busca promover⁴³.

2.1.2 ÁSIA E PACÍFICO

O Banco de Desenvolvimento Asiático (*Asian Development Bank* – ADB) é uma instituição financeira internacional, estabelecida em 1966, com sede em Manila, Filipinas, cujo objetivo é promover o desenvolvimento social e econômico da região da Ásia e Pacífico⁴⁴. Atualmente, o Banco conta com 67 países membros, dos quais 48 são países da região⁴⁵.

O Banco aprovou, em 1998, uma Política Anticorrupção⁴⁶, a qual concentrou-se em três objetivos:

- (i) apoiar a competição no mercado e uma administração pública eficiente, efetiva, responsável e transparente como parte do trabalho amplo do ADB em boa governança e capacitação;
- (ii) apoiar os esforços anticorrupção caso-a-caso e aprimorar o diálogo com os Estados membros em desenvolvimento sobre temas relativos à governança, incluindo corrupção; e
- (iii) assegurar que os projetos e a equipe do ADB adiram aos padrões financeiros e éticos mais elevados.

⁴² RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 72.

⁴³ AfDB. *Integrity and Anti-Corruption: Progress Report 2009-2010*. Disponível em: <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Integrity%20and%20Anti-Corruption.pdf>>. Acesso em 24 de jun. de 2013.

⁴⁴ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 77.

⁴⁵ São membros regionais: Afeganistão, Armênia, Austrália, Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Brunei, Camboja, China, Ilhas Cook, Fiji, Geórgia, Hong Kong (China), Índia, Indonésia, Japão, Cazaquistão, Kiribati, Coreia do Sul, Quirguistão, Laos, Malásia, Maldivas, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nauru, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Singapura, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Taipei (China), Tajiquistão, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Turcomenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuatu e Vietnam. São membros de fora da região: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América.

⁴⁶ Tradução livre para: “(i) supporting competitive markets and efficient, effective, accountable, and transparent public administration as part of ADB’s broader work on good governance and capacity building; (ii) supporting promising anticorruption efforts on a case-by-case basis and improving the quality of our dialogue with the DMCs on a range of governance issues, including corruption; and (iii) ensuring that ADB projects and staff adhere to the highest ethical standards”. ADB. *Anticorruption*. Disponível em: <<http://www.adb.org/sites/default/files/pub/1998/anticorruption.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

O ADB tem um escritório de Anticorrupção e Integridade (*Office of Anticorruption and Integrity – OAI*), independente desde 2009, o qual investiga fraude e corrupção envolvendo projetos financiados pelo Banco e/ou seus próprios empregados. Sua missão é “assegurar que o ADB e seus parceiros mantenham os mais altos padrões profissionais e éticos, e evitar que recursos destinados a melhorar a vida dos pobres sejam usados para encher os bolsos de inescrupulosos”⁴⁷. Esse escritório já investigou centenas de empresas e indivíduos, resultando em sanções, demissões e exclusão de programas⁴⁸.

2.1.3 EUROPA

Na Europa, floresceram convenções anticorrupção tanto por parte do Conselho da Europa quanto por iniciativa da União Europeia. É importante não confundir as duas entidades⁴⁹. O Conselho da Europa é uma organização internacional com sede em Estrasburgo, França, a qual reúne 47 estados europeus, na missão de promover a democracia e proteger os direitos humanos e o Estado de Direito na Europa. Já a União Europeia (UE) reúne 27 países que a delegam soberania a fim de permitir a tomada de decisões democráticas sobre questões de interesse comum em nível europeu. Até a presente data, nenhum país tornou-se membro da UE sem previamente ser membro do Conselho da Europa⁵⁰.

⁴⁷ Tradução livre para: “OAI’s mission is to ensure ADB and its partners maintain the highest ethical and professional standards, and prevent resources intended to improve the lives of the poor from being used to line the pockets of the unscrupulous”. ADB. *Anticorruption and integrity: Overview*. Disponível em: <<http://www.adb.org/site/integrity/overview>>. Acesso em: 24 de jun. de 2013.

⁴⁸ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook: protecting your organization from bribery and corruption*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 98.

⁴⁹ CONSELHO DA EUROPA. *Le Conseil de l’Europe en bref. Ne pas confondre*. Disponível em <<http://www.coe.int/aboutCoe/index.asp?page=nepasconfondre&l=fr>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

⁵⁰ São membros do conselho da Europa e da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. São membros do Conselho da Europa, mas não da União Europeia: Albânia, Andorra, Armênia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Islândia, Macedônia, Liechtenstein, Lituânia, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Noruega, Rússia, San Marino, Sérvia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

Por iniciativa do Conselho da Europa, foram abertas, em 1999, para assinatura por países membros e não-membros⁵¹, a Convenção Penal e a Convenção Civil sobre a Corrupção, com a criação do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO), grupo responsável por implementar e avaliar o cumprimento das convenções.

A Convenção Penal sobre a Corrupção “visa harmonizar as legislações nacionais no tocante aos crimes de corrupção, implementar medidas penais complementares, como a responsabilidade das empresas por atos de corrupção, e promover a cooperação internacional na repressão de tais infrações penais”⁵². A responsabilidade das pessoas jurídicas, tendência nos instrumentos internacionais contemporâneos, e a previsão de sanções aparecem nos artigos 18 e 19 da Convenção⁵³. Nos casos de corrupção ativa, tráfico de influência e lavagem de dinheiro, praticados no interesse da pessoa jurídica e em seu nome por pessoa física que exerça poder de direção em seu seio, devem ser aplicadas sanções eficazes, proporcionais e dissuasivas de natureza penal ou não-penal, inclusive sanções pecuniárias.

A Convenção Civil sobre a Corrupção “representa a primeira tentativa de definir princípios e normas internacionais comuns ao direito civil e à corrupção”⁵⁴. No artigo 3º. da Convenção⁵⁵, fica estabelecido que cada signatário deve prever em seu direito interno que as pessoas que sofreram danos resultantes de um ato de corrupção disponham de uma ação para obter a reparação integral desse prejuízo, podendo ser indenizáveis danos emergentes, lucros cessantes e danos extrapatrimoniais. O dever de indenizar pode recair, inclusive, sobre o próprio Estado, quando o ato de corrupção for cometido por agente público no exercício da função (artigo 5º. da Convenção).

No âmbito da União Europeia, destaca-se a Convenção Relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades

⁵¹ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 82.

⁵² RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 89.

⁵³ A Convenção Penal pode ser acessada, em francês, no *link*: <<http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/173.htm>>.

⁵⁴ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 93.

⁵⁵ A Convenção Civil pode ser acessada, em francês, no *link*: <<http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/174.htm>>.

Europeias ou dos Estados-membros da União Europeia, adotada em Bruxelas, Bélgica, em 1997⁵⁶. Essa Convenção veio a suprir uma deficiência até então frequente nos direitos internos dos países-membros, que não contemplavam o problema da corrupção dos funcionários estrangeiros e daqueles a serviço das organizações internacionais, mesmo diante de uma Europa com comunidades supranacionais e crescente estreitamento de ligações entre os Estados⁵⁷.

Ainda merecem destaque outras iniciativas, como as do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (*European Bank for Reconstruction and Development* – EBRD). O EBRD, estabelecido em 1991, tem com principal objetivo “auxiliar na transição econômica para um regime de economia de mercado e promover a livre iniciativa no países da Europa Central, do Leste Europeu e da Comunidade dos Estados Independentes sob os pressupostos da democracia multipartidária e pluralismo”⁵⁸. O Banco tem um escritório no qual o *Chief Compliance Officer* promove a boa governança e assegura que os mais altos padrões de integridade sejam aplicados a todas as atividades, lidando com conflitos de interesse, corrupção, confidencialidade e lavagem de dinheiro⁵⁹.

2.1.4 AMÉRICA

No continente americano, foi realizada a Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1996⁶⁰, a qual conta com a assistência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁶¹. A Convenção da OEA, promulgada no Brasil pelo Decreto Presidencial 4.410/2002, foi a primeira a tratar sobre a corrupção transnacional, tanto ativa quanto passiva, sendo responsável por “abrir caminho para a celebração de um tratado

⁵⁶ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 81.

⁵⁷ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 101.

⁵⁸ Idem. p. 103.

⁵⁹ EBRD. *Compliance*. Disponível em <<http://www.ebrd.com/pages/about/integrity/compliance.shtml>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

⁶⁰ A Convenção da OEA pode ser acessada, em português, no link: <<http://www.cgu.gov.br/oea/convencao/arquivos/convencao.pdf>>.

⁶¹ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 106.

anticorrupção de vocação universal, no âmbito da Organização das Nações Unidas”⁶².

Em 2002, os estados membros da OEA estabeleceram o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) para avaliar a performance e promover a implementação da Convenção da OEA⁶³.

2.1.5 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1960 por 18 países europeus, EUA e Canadá, conta atualmente com 34 países-membros⁶⁴ da Europa, Ásia, Oceania e América. Em 1997, com a participação de negociadores de seus Estados-membros à época e de outros cinco países (Argentina, Bulgária, Brasil, Chile e Eslováquia), foi adotada, em Paris, França, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais⁶⁵. Por contar com signatários de cinco continentes, percebe-se que é de caráter econômico – e não geográfico – o alcance regional da Convenção, por isso considerada no presente trabalho como um esforço anticorrupção multilateral regional.

Os Estados Unidos da América encorajaram as negociações no âmbito da OCDE para a confecção de uma convenção similar à sua lei anticorrupção, em vigor desde 1977, da qual decorria uma desvantagem competitiva das empresas americanas em relação às empresas de países que não criminalizavam a corrupção transnacional⁶⁶. Segundo seu próprio Departamento de Justiça, o DOJ (*Department*

⁶² RAMINA, Larissa. A Convenção Interamericana Contra a Corrupção: uma breve análise. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia da UNIBRASIL*, Curitiba, n. 6, p. 1-31, jul./dez. 2009.

⁶³ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 80.

⁶⁴ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Tcheca, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

⁶⁵ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 81.

⁶⁶ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 25.

of Justice), em 1988, o Congresso estadunidense solicitou ao Poder executivo daquele país que comesse negociações na OCDE para obtenção de um acordo com seus maiores parceiros comerciais⁶⁷. Sobre a Convenção, observa Thiago GODINHO que o “texto é largamente inspirado na lei americana sobre corrupção internacional, o *Foreign Corrupt Practices Act*”⁶⁸ e destaca a vasta amplitude, rara em Direito Penal Internacional, de aplicação da Convenção, conferida pela aplicação extraterritorial do direito, tornando a penalização da corrupção mundial. A Convenção da OCDE foi promulgada no Brasil pelo Decreto 3.678/2000.

Em 2010, a OCDE editou um Guia de Boas Práticas em Controles Internos, Ética e *Compliance* (*Good Practice Guidance in Internal Controls, Ethics and Compliance*)⁶⁹.

2.2 ESFORÇOS MULTILATERAIS ANTICORRUPÇÃO GLOBAIS

A temática da corrupção, inicialmente abordada em âmbito regional, ainda nos anos 90 também passou a ser objeto da preocupação de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento globais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e da Organização das Nações Unidas.

2.2.1 BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial (BIRD), como aponta Larissa RAMINA⁷⁰, nem mesmo menciona a corrupção em suas estratégias de desenvolvimento anteriores a 1992, por considerá-la um tema político e, portanto, alheio a suas atividades. Entretanto, essa postura foi modificada no transcorrer da década de 90, pois passou a levar em conta que a corrupção prejudica o desenvolvimento, com impacto nas relações

⁶⁷ Idem. Ibidem.

⁶⁸ GODINHO, Thiago José Z. Contribuição do Direito Internacional no combate à corrupção. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 58, p. 347-386, jan./jun. 2011.

⁶⁹ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.58.

⁷⁰ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 56.

econômicas. O BIRD alterou diretrizes para incluir o tema da corrupção e contribui com a OCDE e organizações regionais no seu combate e prevenção⁷¹. Em 2001, o Banco criou uma Vice-Presidência de Integridade (*Integrity Vice Presidency*) como um grupo interno par investigações sobre fraude e corrupção, tanto dentro quanto fora da organização⁷².

O BIRD assinou, conjuntamente com os demais principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (AfDB, ADB, EBRD, BID), em 09 de Abril de 2010, um acordo para punição cruzada de empresas e indivíduos envolvidos em fraudes e atos de corrupção. Nas palavras do então presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick: “Com o acordo de hoje dos bancos de desenvolvimento sobre exclusão cruzada, uma clara mensagem anticorrupção está sendo dada: roube e trapaceie um, seja punido por todos”⁷³.

2.2.2 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

O Fundo Monetário Internacional (FMI), organização internacional que conta com 188 países membros, “trabalha para fomentar a cooperação monetária global, assegurar estabilidade econômica, facilitar o comércio internacional, promover o emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza no mundo”⁷⁴. O Fundo preocupa-se com o impacto da corrupção no mundo desde 1996, entendendo que a maior parte das causas e consequências da corrupção são de natureza econômica. Esse posicionamento é levado em conta nas decisões sobre empréstimos, promovendo transparência fiscal e perseguindo abusos e fraudes⁷⁵. O

⁷¹ Idem. p. 58.

⁷² BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 96.

⁷³ Tradução livre para: “With today’s cross debarment agreement among development banks, a clear message on anticorruption is being delivered: Steal and cheat from one, get punished by all”. IDB. *Multilateral Development Banks (MDBs) step up their fight against corruption with joint sanction accord*. 2010. Disponível em <<http://www.iadb.org/en/news/news-releases/2010-04-09/multilateral-development-banks-fight-corruption-with-new-joint-sanction,6959.html>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

⁷⁴ IMF. *About the IMF*. Disponível em <<http://www.imf.org/external/about.htm>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

⁷⁵ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 97.

FMI promove a boa governança fornecendo consultoria e assistência técnica aos governos dos países membros⁷⁶.

2.2.3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A comunidade internacional, desejosa de um tratado capaz de delinear e definir num marco comum global as variadas formas de corrupção, reuniu esforços que culminaram na adoção, em 2003, da Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (UNCAC) pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. No Brasil, foi promulgada, passando a vigorar com força de lei, pelo Decreto 5.687/2006.

A Convenção, além de avançar ao incluir um capítulo específico sobre a recuperação de ativos, traz uma grande variedade nas formas de corrupção, rogando aos Estados Partes que as tipifiquem em seus respectivos ordenamentos jurídicos. Atos como o suborno de funcionários públicos estrangeiros ou de organizações internacionais públicas, tráfico de influência, abuso de funções, obstrução da justiça, lavagem de dinheiro, suborno no setor privado, devem ser desestimulados por punições. A UNCAC abriga, ainda, medidas anticorrupção no setor privado, entre elas, como observam Carol PROENER e Vera C. Abagge DE PAULA⁷⁷:

desenvolver padrões de auditoria e de contabilidade para as empresas; prover sanções civis, administrativas e criminais efetivas e que tenham um caráter inibidor para futuras ações; promover a cooperação entre os aplicadores da lei e as empresas privadas; prevenir o conflito de interesses; proibir a existência de "caixa dois" nas empresas; e desestimular isenção ou redução de impostos a despesas consideradas como suborno ou outras condutas afins.

⁷⁶ RAMINA, Larissa. *Ação Internacional contra a corrupção*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 59.

⁷⁷ PRONER, Carol. DE PAULA, Vera C. Abagge. Corrupção e o marco convencional internacional. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UNIBRASIL*, Curitiba, n. 17, p. 1-31, 2011.

3 LEGISLAÇÃO ESTADUNIDENSE ANTICORRUPÇÃO

Mais do que um estudo de direito comparado, o conhecimento do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), a lei anticorrupção dos Estados Unidos da América, e de seu *compliance*, é essencial no Brasil. Como se demonstrará, empresas brasileiras e subsidiárias de empresas estrangeiras instaladas no país, sobretudo estadunidenses, estão expostas à referida lei e suas consequências penais, civis e administrativas.

3.1 A ORIGEM DO *FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT*

Conforme relatam Martin e Daniel BIEGELMAN⁷⁸, o grande escândalo político conhecido como *Watergate* não só causou o *impeachment* do presidente Richard Nixon por causa de contribuições ilegais para a campanha de 1972, mas também expôs a multimilionária cadeia de corrupção empresarial nos EUA. Muitas empresas, entre elas gigantes do setor de petróleo e gás tais como Exxon (anteriormente Standard Oil), Mobil, Gulf Oil, Ashland Oil e Phillips Petroleum, subornavam agentes públicos estrangeiros para obter negócios. Já nos anos 70, Eduardo GALEANO⁷⁹, em seu emblemático *As Veias Abertas da América Latina*, denunciava o poderio das grandes empresas do setor sobre os rumos dos países:

Não há empresários cujo poder político se compare com o que exercem as grandes corporações petrolíferas. A Standard Oil e a Shell entronizam e destroam reis e presidentes, financiam conspirações palacianas e golpes de Estado, têm a seu serviço um sem-número de generais, ministros e James Bonds, e em todas as comarcas e todos os idiomas decidem o curso da guerra e da paz.

Investigações da SEC (*Securities and Exchange Commission*), a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, concluíram que centenas de empresas estadunidenses pagavam propinas a agentes públicos estrangeiros de todos os escalões em quase todo o mundo. A arraigada prática não era ilegal, sendo comum

⁷⁸ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 8-9.

⁷⁹ GALEANO, Eduardo. *As Veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&MPM, 2010. p. 222.

o não registro de tais pagamentos nos livros contábeis. Em países europeus como Alemanha e Reino Unido, mesmo os valores pagos em suborno no exterior eram dedutíveis dos impostos como gasto empresarial legítimo⁸⁰. A SEC promoveu em 1976 um programa de divulgação voluntária, no qual foi admitido o pagamento de mais de US\$300.000.000,00 a funcionários estrangeiros por mais de 500 empresas⁸¹.

O Senado dos Estados Unidos também conduziu investigações e audiências públicas, apesar da resistência do então secretário de estado Henry Kissinger, preocupado com as potenciais consequências do que chamou de “O *Watergate* Empresarial” (“*The Watergate of Private Industry*”) em correspondência ao de 1975. Intensificadas as investigações, Kissinger tentou manter desconhecidas do público as informações sobre as práticas de suborno da Lockheed Aircraft Corporation⁸², empresa que detinha a maior parte dos contratos militares nos EUA. Entretanto, a Lockheed foi forçada a admitir perante o Congresso estadunidense o pagamento de 24 milhões de dólares em suborno a autoridades de ao menos 15 países, incluindo o marido da rainha Juliana dos Países Baixos, o líder do partido da situação no Japão, o Ministro do Interior italiano e generais da Força Aérea da Colômbia⁸³.

No âmbito do Poder Executivo, foi formada em março de 1976 uma Força Tarefa sobre Pagamentos Empresariais Questionáveis (*Task Force on Questionable Corporate Payments*). A SEC formulou um relatório sobre Pagamentos e Práticas Empresariais Questionáveis e Ilegais em maio do mesmo ano (*Report on Questionable and Illegal Corporate Payments and Practices*)⁸⁴. Willian Proxmire, Frank Church e outros senadores fizeram passar uma lei com dispositivos anticorrupção a qual também demanda a manutenção de livros e registros de todas as transações efetuadas pela empresa e a existência de controles internos. O *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) tornou-se lei pela assinatura do presidente Jimmy Carter em 19 de Dezembro de 1977⁸⁵. Os EUA foi o primeiro país a tornar

⁸⁰ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 9.

⁸¹ Idem. p. 10.

⁸² Idem. p. 11.

⁸³ Idem. p. 12.

⁸⁴ Idem. p. 13.

⁸⁵ Idem. p. 15.

ilegal o suborno de funcionários estrangeiros⁸⁶. O FCPA é composto por duas partes principais: uma sobre contabilidade, estando as violações sob responsabilidade da SEC; e outra sobre anticorrupção, sob responsabilidade do DOJ⁸⁷. A investigação de crimes geralmente é feita pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*)⁸⁸.

3.2 O FCPA

As determinações sobre contabilidade alcançam as empresas de capital aberto (*publicly traded*) que emitem valores mobiliários nos Estados Unidos ou emissores que estejam obrigados a reportes periódicos à SEC (15 U.S.C. §78m(b)(2)⁸⁹). Por recorrerem à poupança pública para a captação de recursos, tutela-se os interesses dos investidores do mercado, tanto titulares de valores mobiliários quanto potenciais adquirentes, na esteira da mesma lógica aplicada, no Brasil, na Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76)⁹⁰.

Essas emissoras (*issuers*) devem, conforme dispõe 15 U.S.C. §78m(b)(2):

- (A) preparar e manter livros contábeis, registros e contas que, com um nível razoável de detalhe, reflitam de forma completa e precisa as transações e as disposições dos ativos do emissor; e
- (B) criar e manter um sistema interno de controles contábeis, suficiente para fornecer garantias razoáveis de que—
 - (i) as transações sejam executadas de acordo com a autorização geral ou específica da direção da empresa;
 - (ii) as transações sejam registradas conforme necessário para (I) permitir o preparo de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos ou quaisquer outros critérios aplicáveis a tais demonstrações e (II) manter uma prestação de contas dos ativos;
 - (iii) o acesso aos ativos seja permitido somente de acordo com a autorização geral ou específica da direção da empresa; e
 - (iv) o registro de prestação de contas dos ativos seja comparado com os ativos existentes a intervalos razoáveis e que as medidas apropriadas sejam tomadas com respeito a quaisquer diferenças.

⁸⁶ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 8.

⁸⁷ Idem. p. 24.

⁸⁸ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 213.

⁸⁹ Uma versão em português do *Foreign Corrupt Practices Act*, extraída do sítio eletrônico do DOJ, pode ser encontrada no ANEXO A.

⁹⁰ BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla P. *Curso Avançado de Direito Comercial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 222.

Note-se que não há necessidade de se provar o suborno, bastando um pagamento realizado não contabilizado adequadamente pela companhia para caracterizar uma infração à FCPA⁹¹. Segundo Martin e Daniel BIEGELMAN⁹²:

O propósito dos dispositivos sobre os livros e registros é o de dar efetividade à lei. A lógica nos diz que as empresas provavelmente não vão registrar com precisão suborno pago a oficiais de governos estrangeiros, mas se o fizerem, a evidência lá está para ser obtida pelo governo. Se as empresas omitirem ou falsificarem transações para esconder pagamentos de suborno, elas também enfrentam risco legal. A força do FCPA dá grande impulso ao governo na investigação e persecução de esquemas de suborno e corrupção. Os violadores estão condenados se o fizerem e estão condenados se não o fizerem. A melhor forma de evitar punição é não cometer o crime.

O conhecimento da falsificação dos registros da empresa também é proibido, pois, conforme 15 U.S.C. §78m(b)(5), “nenhuma pessoa poderá sabidamente burlar ou deixar de implementar um sistema de controles internos de contabilidade ou sabidamente falsificar qualquer livro, conta ou registro contábil”. Esta infração é de natureza penal, estando, portando, sob a jurisdição do DOJ⁹³.

As determinações anticorrupção da lei são, atualmente⁹⁴, aplicáveis a três categorias de pessoas: emissoras de valores mobiliários (*issuers*); empreendimentos nacionais (*domestic concerns*); e outras pessoas, que não emissoras ou empreendimentos nacionais, se agirem, em território estadunidense, para promover um pagamento ilícito⁹⁵. A lei também se aplica aos agentes das pessoas às quais

⁹¹ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 24.

⁹² Tradução livre para: “The purpose of the books and records provision is to put teeth into the statute. Logic tell us that companies probably will not accurately record bribe payments to foreign government officials but if they do, the evidence is there for the government to obtain. If companies omit or falsify transactions to hide the bribe payments, they also face legal peril. The strength of the FCPA gives great leverage to the government in investigating and prosecuting bribery and corruption schemes. Violators are damned if they do and damned if they don’t. The best way to avoid punishment is not to do the crime in the first place”. BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 35.

⁹³ TARUN. Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 13.

⁹⁴ Antes de emendas ao FCPA ocorridas 1998, que adequaram a lei à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais de 1997 (Convenção da OCDE), a lei alcançava apenas as emissoras (*issuers*) e os empreendimentos nacionais (*domestic concerns*), e somente se usassem, de forma corrupta, os correios ou qualquer outro meio ou organismo governamental de comércio interestadual (*instrumentalities of interstate commerce*), como bancos, sistemas de comunicação e transportes. TARUN. Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.2.

⁹⁵ TARUN. Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.1.

são aplicáveis os dispositivos anticorrupção (aí compreendidos qualquer dirigente, diretor, agente, funcionário ou acionista que haja em seu nome).

Por emissora (*issuer*), entende-se qualquer empresa, estadunidense ou não, que tenha valores mobiliários registrados nos EUA ou das quais se exige relatórios periódicos à SEC (15 U.S.C. §78dd-1(a)), sobre as quais, como já apresentado, também se aplicam as determinações sobre contabilidade da FCPA. São empresas de capital aberto (*publicly traded*) que, por exemplo, negociam *American Depositary Receipts* (ADRs) em bolsas de valores estadunidenses, como é o caso de muitas companhias brasileiras que têm ADRs negociados na Bolsa de Valores de Nova York, dentre elas Ambev, Bradesco, Brasken, BRF, Cemig, Copel, Embraer, Gerdal, Gol, Itaú Unibanco, Net, Oi, Pão de Açúcar, Petrobrás, Sabesp e Vale.

O termo *empreendimento nacional* (*domestic concerns*) significa, conforme 15 U.S.C. §78dd-2(h), qualquer indivíduo que é cidadão, nativo ou residente nos Estados Unidos; e qualquer sociedade anônima, sociedade, associação, empresa de capital comum, truste comercial, organização não constituída comercialmente ou empresas de um só proprietário que tenham sua sede nos Estados Unidos, ou que tenha sido organizada segundo as leis de um estado dos Estados Unidos, ou de um território, possessão, ou membro da comunidade dos Estados Unidos.

As pessoas as quais não se enquadram nas duas primeiras classificações, ou seja, as pessoas estrangeiras, naturais ou morais, são alcançadas pelo FCPA se cometerem algum ato no território estadunidense para o pagamento ilícito (15 U.S.C. §78dd-3(a)). Entretanto, as autoridades dos Estados Unidos entendem que ligações telefônicas, correios eletrônicos (*e-mails*) e mesmo transferências bancárias que passam brevemente pelo país permitem ao DOJ e à SEC declararem haver jurisdição sobre a pessoa estrangeira. No histórico legislativo das emendas de 1998 ao FCPA, encontra-se orientação de que o critério jurisdicional da territorialidade deve ser interpretado de maneira ampla, de forma que uma profunda conexão física ao ato de suborno não é requerida⁹⁶. Empresas brasileiras, mesmo as não emissoras de valores mobiliários nos EUA, que preencherem ao requisito podem ser alvo de investigações e eventualmente sofrerem as sanções previstas na lei.

⁹⁶ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 24.

A violação se caracteriza pelo oferecimento, pagamento, promessa ou autorização de pagamento em dinheiro; ou, pelo oferecimento, doação, promessa ou autorização de dar qualquer item de valor⁹⁷, diretamente ou por terceiro, a qualquer dirigente estrangeiro. Dirigente estrangeiro (*foreign official*), de acordo com 15 U.S.C. §78dd-1(f), -2(h), -3(f), significa qualquer dirigente ou funcionário de um governo estrangeiro ou qualquer departamento, órgão ou organismo governamental ou de uma organização pública internacional ou qualquer pessoa que atuar em qualidade oficial para tal governo ou departamento, órgão ou organismo, ou que atuar para tal organização pública internacional ou em nome deles. Há proibição também em relação ao suborno de partidos políticos estrangeiros, seus dirigentes e candidatos a cargos políticos no exterior (15 U.S.C. §78dd-1(a)(2), -2(a)(2), -3(a)(2)). O propósito do suborno é influenciar ato ou decisão do dirigente estrangeiro, induzi-lo a realizar ou deixar de realizar ato em descumprimento de seu dever legal, garantir a obtenção de vantagem indevida ou induzi-lo ao uso de sua influência perante governo estrangeiro ou organismo internacional. A finalidade do subornador é obter, manter ou direcionar negócios para qualquer pessoa.

Há pagamentos que, desde as emendas de 1988 ao FCPA, são expressamente ressalvados do alcance da proibição, constituindo a chamada exceção para ação governamental de rotina (*exception for routine governmental action*). Assim, não implica violação dos dispositivos anticorrupção os pagamentos com o fim de agilizar ou garantir a realização de uma ação governamental de rotina, como permissões, licenças, documentos, vistos, serviços de correspondência, telefonia e frete, fornecimento de água e eletricidade, proteção de cargas perecíveis⁹⁸.

Ainda são previstas duas *affirmative defenses* (conceito semelhante ao que chamamos no Brasil de excludentes de culpabilidade), as quais, desde que provadas, afastam a aplicação das sanções. Desta forma, se o pagamento, doação, oferta ou promessa de qualquer item de valor que não for ilegal de acordo com o

⁹⁷ Apesar de a tradução para “item de valor” poder levar a conclusão de que é necessário ser algo material, o original em inglês, “*anything of value*”, abrange qualquer coisa de valor, podendo ser o suborno pago, por exemplo, em viagens, joias, aluguéis, joias de clubes de campo, carros, entretenimento e a contratação de parentes. TARUN. Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.4.

⁹⁸ DOJ. SEC. *FCPA: A resource guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act*. p. 25. Disponível em <<http://www.sec.gov/spotlight/fcpa/fcpa-resource-guide.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2013.

Direito positivo do país do dirigente estrangeiro ou se feito no intuito de, de boa-fé, ressarcir dirigentes estrangeiros de despesas razoáveis e legítimas, tais como refeições, deslocamento, acomodação, quando a empresa estiver promovendo ou demonstrando um produto ou executando um contrato, tampouco se aplicam sanções.

As sanções por violação do FCPA, as quais podem ser severas, foram reunidas na forma da tabela abaixo para uma melhor visualização:

QUADRO 01 – Sanções por violações do FCPA

	Por violação dos dispositivos sobre Contabilidade	Por violação dos dispositivos Anticorrupção
Pessoa natural	Multa*: ≥ US\$5mi Prisão: ≥ 20 anos Penalidade civil: ≥ US\$100.000	Multa*: ≥ US\$100.000,00 Prisão: ≥ 5 anos Penalidade civil: ≥ US\$10.000,00
Pessoa jurídica	Multa*: ≥ US\$25mi Penalidade civil: ≥ US\$500.000,00	Multa*: ≥ US\$2mi Penalidade civil: ≥ US\$10.000,00
* Sob o <i>Alternative Fines Act</i> (18 U.S.C §3571(d)), podem as penas pecuniárias ser muito mais elevadas, podendo atingir o dobro do valor perdido pela vítima ou do benefício auferido pelo autor do crime, pessoa física ou empresa.		

A empresa, por violação dos dispositivos referentes à contabilidade, ainda é passível de outras punições tais como a proibição de contratação com o Poder Público (*debarment*), a perda de benefícios de exportação (*loss of export privileges*), a proibição de participar de certos negócios e práticas por uma injunção (*injunctive relief*) e a nomeação de um supervisor independente para acompanhar a empresa (*appointment of a Monitor*)⁹⁹.

⁹⁹ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 37

Ainda pode haver outras potenciais implicações criminais e de responsabilidade civil atribuídas por outras leis dos Estados Unidos¹⁰⁰. Uma lei que merece destaque é a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), a qual requer de empresas de capital aberto a observância de vários requisitos (envolvendo conflito de interesses, demonstrações financeiras, auditoria, certificação) e a implementação de um *compliance* mais rígido¹⁰¹. A SOX foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 2002, depois dos grandes escândalos financeiros da Enrol e da WorldCom, alcançando todas as empresas estadunidenses e as estrangeiras emissoras de valores mobiliários (*issuers*) no país (o que inclui as empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores de Nova York). De acordo com Ricardo FRANCESCHINI¹⁰², a SOX

é extensa e detalhada, impondo uma série de boas práticas e requisitos técnicos e operacionais, com a finalidade de proteger os investidores e punir severamente os administradores que manipulam as demonstrações financeiras da empresa a qual se incorporam, e penalizar, ainda, os auditores que indevidamente certificarem números "maquiados", buscando, com isso, estabelecer a ética nas operações financeiras do mercado de capitais.

É dessa forma que, ante o evidente desequilíbrio, a SOX exhibe como principal objetivo a recuperação da credibilidade do mercado de capitais norte-americano, evitando a incidência de novos erros e impedindo, de forma rigorosa, que as empresas realizem operações consideradas lesivas aos interesses dos investidores.

Uma condenação por pagamento de suborno pode, ainda, gerar efeitos em outras jurisdições. Na Europa, a Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços instituiu em seu art. 45, 1, a, determina que fica excluído de participar num procedimento de contratação pública o candidato ou proponente que tenha sido condenado por corrupção por decisão final transitada em julgado de que a entidade adjudicante tenha conhecimento. Segundo Robert W. TARUN¹⁰³, acredita-se que o acordo recorde de US\$1,6bi que a Siemens firmou com os governos dos EUA e Alemanha cuidadosamente evitou que uma condenação por

¹⁰⁰ Idem. Ibidem.

¹⁰¹ Idem. p. 36.

¹⁰² FRANCESCHINI, Ricardo. *Breves reflexões sobre a lei Sarbanes Oxley*. 2008. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI58808,11049-Breves+reflexoes+sobre+a+Lei+Sarbanes+Oxley>>. Acesso em: 02 de ago. 2013.

¹⁰³ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.20.

suborno acarretasse a pena de não contratação com o poder público na Europa por força do art. 45 da Diretiva da União Europeia.

A divulgação voluntária (*voluntary disclosure*) de violações ao DOJ é uma opção feita por muitas empresas para evitar sanções pesadas¹⁰⁴, mas não há até o momento uma política clara de quais os fatores e circunstâncias dessa divulgação e cooperação que levam a acordo de não persecução (*non-prosecution agreement – NPA*), acordo de persecução diferida (*deferred prosecution agreement – DPA*) ou outro tratamento favorável¹⁰⁵. Mike KOEHLER¹⁰⁶ explica que

Uma NPA não é feita judicialmente, sendo um acordo privado negociado entre o DOJ e a empresa no qual o DOJ concorda em não processar a empresa se esta admitir a responsabilidade pela conduta em questão e concordar em albergar esforços de *compliance*. Uma DPA é tecnicamente realizada judicialmente e, portanto, tem a mesma aparência de um indiciamento criminal. Entretanto, como negociado entre o DOJ e a empresa, o DOJ consente em diferir a persecução da companhia (usualmente por um período de dois a quatro anos) se a companhia admitir a responsabilidade pela conduta em questão e concordar em albergar esforços de *compliance*. Após o referido período, o DOJ dispensa as denúncias feitas, mas jamais processadas. (...) Dada a prevalência de NPAs e DPAs no contexto da FCPA, uma companhia que realiza um acordo dessa natureza com o DOJ não será demandada a declarar-se culpada das acusações, não sendo considerada violadora dos dispositivos anticorrupção do FCPA.

Se um NPA ou DPA, possibilidade mesmo quando não há divulgação voluntária, mas cooperação efetiva, não for oferecido pelo DOJ à empresa, resta a possibilidade de um *plea agreement*, também conhecido por *plea bargain*, uma forma de transação penal com admissão de culpa. Em troca de sanções menores, a empresa faz um acordo com a promotoria (Estado) e se declara culpada (*plea guilty*) antes do julgamento. A maior parte das empresas celebra esse tipo de acordo,

¹⁰⁴ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 58.

¹⁰⁵ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 190.

¹⁰⁶ Tradução livre para: “An NPA is not filed with a court, but instead is a privately negotiated agreement between the DOJ and the company whereby the DOJ agrees not to prosecute the company if it acknowledges responsibility for the conduct at issue and agrees to a host of compliance undertakings. A DPA is technically filed with a court and thus has the same appearance as a criminal indictment or information. However, as negotiated between the DOJ and the company, the DOJ agrees to defer prosecution of the company (usually for a two to four year period) if the company acknowledges responsibility for the conduct at issue and agrees to a host of compliance undertakings. After the relevant time period, the DOJ dismisses the criminal charges filed, but never prosecuted. (...) Given the prevalence of NPAs and DPAs in the FCPA context, a company entering into such an agreement with the DOJ is never required to plead guilty to any charges and is never found to be in violation of the FCPA’s anti-bribery provisions”. KOEHLER, M. *FCPA professor 2012*. Disponível em <<http://www.fcpaprofessor.com/fcpa-101#q16>>. Acesso em 10 de ago. 2013.

enquanto as pessoas naturais indiciadas, passíveis de pena de prisão, muitas vezes preferem ir à julgamento, pois incumbe ao DOJ o pesado ônus da prova (*burden of proof*) da conduta delitiva¹⁰⁷. Vale lembrar que no processo penal estadunidense, como anota João Gualberto Garcez RAMOS¹⁰⁸:

No caso de julgamento pelo júri, o juiz tem o dever de instruir convenientemente os jurados do princípio da presunção da inocência (*presumption of innocence*), isto é, de que, para emitir um juízo condenatório, devem estar convencidos além de uma dúvida razoável (*beyond a reasonable doubt*). Segundo a Suprema Corte, a falta de uma instrução conveniente a respeito dos jurados é, de *per se*, causa de nulidade do julgamento: *Sullivan v. Louisiana*, 508 US 275 (1993).

Outra forma de possíveis violações chegarem ao conhecimento das autoridades é a delação. O *Dodd-Frank Act* de 2010, uma lei estadunidense com dispositivos de proteção ao delator (*whistleblower*), fez com que a SEC editasse regras complementares para incentivar financeiramente as delações de transgressões a leis federais envolvendo valores mobiliários (entre elas o FCPA) e aumentar a proteção dos delatores contra retaliações¹⁰⁹. O delator de violações punidas, em uma corte federal ou ação administrativa, com sanções monetárias pode receber de 10 a 30% do valor arrecadado se prover voluntariamente informações originais à SEC que levarem a sanções (*enforcement actions*) obtidas pela Comissão superiores a US\$1mi¹¹⁰. Embora o foco das empresas claramente esteja em potenciais delações por empregados, o delator pode ser qualquer pessoa (parceiros comerciais, clientes, fornecedores, adversários em litígios, jornalistas, acadêmicos)¹¹¹.

Com base nos princípios de agência (*agency principles*), a matriz de uma empresa é responsável por ações de suas subsidiárias (*subsidiaries*) ou de terceiros (*third-party*)¹¹², tais como consultores, distribuidores, revendedores ou subcontratantes¹¹³. No caso de *joint venture*, a companhia compartilha da

¹⁰⁷ KOEHLER, M. *FCPA professor 2012*. Disponível em <<http://www.fcprofessor.com/fcpa-101#q16>>. Acesso em 10 de ago. 2013.

¹⁰⁸ RAMOS, João Gualberto G. *Curso de Processo Penal norte-americano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 192.

¹⁰⁹ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p.23.

¹¹⁰ Idem. p.24.

¹¹¹ Idem. Ibidem.

¹¹² BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 39.

¹¹³ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 101

responsabilidade pelas ações dos demais componentes no que tange ao empreendimento conjunto¹¹⁴. Por fim, também há a responsabilidade do sucessor (*successor liability*) nos casos de incorporação ou fusão, sendo o sucessor responsabilizado por violações à FCPA anteriores ao movimento societário¹¹⁵.

Quando foi sancionado, o FCPA foi criticado, sendo apelidado de forma desdenhosa de “Lei do Pleno Emprego dos Contadores de 1997” (“*Accountants’ Full Employment Act of 1977*”), por conta de suas disposições obrigatórias sobre *compliance*¹¹⁶. Hoje, com a globalização acentuada dos negócios, “mais do que nunca, todas as organizações necessitam de um programa robusto de *compliance* para assegurar uma cultura perene de *compliance*”¹¹⁷.

¹¹⁴ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 39.

¹¹⁵ Idem. Ibidem.

¹¹⁶ Idem. p. 17.

¹¹⁷ Tradução livre para: “More then ever before, all organizations need a robust compliance program to ensure an enduring culture of compliance”. BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 19.

4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTICORRUPÇÃO

Como demonstrado, o Brasil é signatário dos principais tratados internacionais regionais e universais anticorrupção, obrigando-se, perante à comunidade internacional, à sua prevenção e combate.

A Controladoria Geral da União (CGU), por meio de sua Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), é a responsável por acompanhar a implementação das convenções e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que tenham como objeto a prevenção e o combate à corrupção¹¹⁸.

4.1 CÓDIGO PENAL

O Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940) já previa no Título XI os crimes contra a Administração Pública. O Capítulo I é dedicado aos crimes próprios de funcionários públicos; o Capítulo II, aos crimes praticados por particulares. O tráfico de influência (art. 332, CP) e a corrupção ativa (art.333, CP) são previstos dentre as condutas delitivas de particulares. O tipo penal de impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, previsto no art. 335, CP, foi substituído por lei especial¹¹⁹. A Lei 8.666/93 (Lei de Licitações) dispõe, na Seção III do Capítulo IV, sobre os crimes relativos às licitações e contratos administrativos.

Visando dar efetividade a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais de 1997 (Convenção da OCDE), vigente no Brasil desde o Decreto 3.678/2000, houve a inclusão, pela Lei 10.467 de 2002, do Capítulo II-A, acrescentando-se os crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira. A referida lei tipificou o tráfico de influência e a corrupção ativa em transação comercial internacional (respectivamente os artigos 337-C e 337-B, ambos do CP), bem como

¹¹⁸ Em consonância com o disposto no art. 17, XIII, do Decreto 5.683/2006, incluído pelo Decreto 7.547/2011, *in verbis*: “Art. 17. À Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas compete: (...) XIII - representar a Controladoria-Geral da União em fóruns ou organismos nacionais ou internacionais relacionados ao combate e à prevenção da corrupção”.

¹¹⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 13ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 1231.

trouxe a definição para efeitos penais de funcionário público estrangeiro no art. 337-D, CP. Os referidos dispositivos estão abaixo transcritos:

Corrupção ativa em transação comercial internacional

Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Tráfico de influência em transação comercial internacional

Art. 337-C. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada a funcionário estrangeiro.

Funcionário público estrangeiro

Art. 337-D. Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.

Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público estrangeiro quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Percebe-se que os dispositivos transcritos refletem o compromisso assumido na Convenção¹²⁰ da OCDE de 1997, a qual dispõe no artigo 1º.:

2. Cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de que, segundo suas leis, é delito criminal qualquer pessoa intencionalmente oferecer, prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida ou de outra natureza, seja diretamente ou por intermediários, a um funcionário público estrangeiro, para esse funcionário ou para terceiros, causando a ação ou a omissão do funcionário no desempenho de suas funções oficiais, com a finalidade de realizar ou dificultar transações ou obter outra vantagem ilícita na condução de negócios internacionais.

(...)

¹²⁰ A Convenção da OCDE pode ser acessada, em português, no *link*: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/publicacoes/arquivos/texto%20convenção.pdf>>.

4. Para o propósito da presente Convenção:

a) "funcionário público estrangeiro" significa qualquer pessoa responsável por cargo legislativo, administrativo ou jurídico de um país estrangeiro, seja ela nomeada ou eleita; qualquer pessoa que exerça função pública para um país estrangeiro, inclusive para representação ou empresa pública; e qualquer funcionário ou representante de organização pública internacional;

Poderia a pessoa jurídica ser sujeito ativo nos crimes de tráfico de influência e corrupção ativa em transação comercial internacional? Ou, posto o problema de forma mais abrangente, há no ordenamento jurídico pátrio a responsabilidade penal da pessoa jurídica? Segundo Luiz Regis PRADO¹²¹,

tem-se como amplamente dominante, desde há muito, no Direito Penal brasileiro, como nos demais Direitos de filiação romano-germânica, a irresponsabilidade penal da pessoa jurídica, expressa no conhecido apotegma *societas delinquere non potest*, verdadeira reafirmação dos postulados da culpabilidade e da personalidade das penas.

Nesse sentido, assevera René Ariel DOTTI¹²² que

no sistema jurídico positivo brasileiro, a responsabilidade penal é atribuída, exclusivamente, às pessoas físicas. Os crimes ou delitos e as contravenções penais não podem ser praticados pelas pessoas jurídicas, posto que a imputabilidade jurídico-penal é uma qualidade inerentes aos seres humanos.

Sobre a controvérsia, anota Juarez CIRINO DOS SANTOS que, de um lado, ambientalistas e constitucionalistas (entre eles José Afonso da Silva e, em sentido contrário, José Cretella Júnior) propalam uma ruptura do princípio da responsabilidade penal pessoal com base nos artigos 173, §5º. e 225, §3º. da Constituição Federal de 1988. E, por outro lado, a doutrina penal majoritária (entre eles, além do próprio Juarez Cirino dos Santos, Luiz Vicente Cernicchiaro, Cezar Roberto Bitencourt, René Ariel Dotti, Luiz Regis Prado, Miguel Reale Júnior e, em sentido contrário, João Marcello de Araújo Júnior e Sérgio Salomão Shecaira), ao fazer uma leitura lógico-sistemática dos referidos dispositivos constitucionais, afasta a responsabilidade penal das pessoas jurídicas¹²³.

¹²¹ PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. vol 1. 9ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 433.

¹²² DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 11/201, 1995.

¹²³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A responsabilidade penal da pessoa jurídica*. Conferência proferida na inauguração do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), em 6 de março de

Guilherme de Souza NUCCI¹²⁴, ainda que defensor da possibilidade de as pessoas jurídicas responderem por crime, como nos casos de delitos ambientais (Lei 9.605/98), entende que a responsabilidade penal da pessoa jurídica sempre decorre de expressa previsão legal, não sendo este o caso dos delitos dos artigos 337-B e 337-C, CP.

A não responsabilidade penal da pessoa jurídica em casos de corrupção não significa impunidade, pois, como observa Luiz Regis PRADO¹²⁵,

não obsta ou inviabiliza a necessária aplicação de medidas sancionatórias extrapenais (v.g., administrativas etc.) às pessoas jurídicas, notoriamente em um Direito Penal minimalista, fragmentário e de natureza verdadeiramente garantista. Igualmente, não há qualquer empecilho para que essas sanções, sobretudo as mais graves, sejam aplicadas pelo juiz criminal.

A própria Convenção da OCDE de 1997 prevê, no artigo 3, item 2, que:

Caso a responsabilidade criminal, sob o sistema jurídico da Parte, não se aplique a pessoas jurídicas, a Parte deverá assegurar que as pessoas jurídicas estarão sujeitas a sanções não-criminais efetivas, proporcionais e dissuasivas contra a corrupção de funcionário público estrangeiro, inclusive sanções financeiras.

Nesse sentido, foi recentemente promulgada a Lei 12.846, de 1º de Agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção (LA)¹²⁶, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira e entrará em vigor 180 dias após a data de publicação (ou seja, em fevereiro de 2014).

2001, Curitiba/PR. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/responsabilidade_penal_juridica.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2013.

¹²⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 13ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 1242.

¹²⁵ PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. vol 1. 9ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 441.

¹²⁶ A Lei 12.846/2013, extraída do sítio eletrônico do Planalto (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm), está reproduzida integralmente no ANEXO B.

4.2 LEI 12.846/2013

De acordo com a exposição de motivos, o anteprojeto de lei tinha por objetivo “suprir uma lacuna existente no sistema jurídico pátrio no que tange à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas contra a Administração Pública, em especial, por atos de corrupção e fraude em licitações e contratos administrativos”¹²⁷. Segundo Pierpaolo Cruz BOTTINI e Igor TAMASAUSKAS¹²⁸, tais atos e fraudes acarretavam, até então, apenas a punição das pessoas físicas envolvidas. Ainda que as empresas sejam as grandes beneficiadas pelas condutas ilícitas, sofriam poucas consequências por tais práticas, salvo exceções como nos casos de declaração de inidoneidade ou proibição de contratação com o Poder Público.

Estão sujeitas à Lei 12.846/2013 as pessoas jurídicas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, sejam sociedades empresarias ou sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado; sejam quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras com sede, filial ou representação no território brasileiro (art. 1º., parágrafo único, LA). A lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior (art. 28, LA).

A nova lei prevê, no art. 2º., a responsabilidade objetiva da empresa por atos lesivos praticado em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não. A responsabilidade objetiva facilita a apuração dos fatos¹²⁹, sendo caracterizada como salutar e inovadora pelos autores do anteprojeto, segundo os quais a “pessoa jurídica será responsabilizada uma vez comprovados o fato, o resultado e o nexo causal entre eles”.

¹²⁷ A exposição de motivos pode ser acessada no link: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ABFC4E3F077422FBFFEE9DEDE967F8DF.node1?codteor=735505&filename=Tramitacao-PL+6826/2010>.

¹²⁸ BOTTINI, Pierpaolo C.; TAMASAUSKAS, Igor. Nova lei anticorrupção vai estimular compliance. 2013. *Revista Consultor Jurídico*. 6 de agosto de 2013. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-ago-06/direito-defesa-lei-anticorruptao-estimular-compliance>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

¹²⁹ Idem.

Conforme vaticina o art. 3º., *caput*, LA a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coatora ou partícipe do ato ilícito. A pessoa jurídica é responsabilizada independentemente da responsabilização individual de pessoas naturais (art. 3º., §1º., LA) e a responsabilização de dirigentes ou administradores por atos ilícitos se dá na medida de sua culpabilidade (art. 3º., §2º., LA).

A Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilidade dos sucessores, sendo que subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária (art. 4º., *caput*, LA). Nos casos de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora é restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, salvo quando ficar comprovado simulação ou evidente intuito de fraude (art. 4º., §1º., LA). As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas no âmbito do respectivo contrato têm responsabilidade solidária pela prática dos atos ilícitos limitada à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado (art. 4º., §2º., LA).

O rol de atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira é elencado no art. 5º. da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Na esfera administrativa, as pessoas jurídicas consideradas responsáveis são passíveis da sanção de multa no valor de 0,1 a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação (art. 6º., I, LA). Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$6.000,00 a R\$60.000.000,00 (art. 6º., §4º., LA). Também há previsão da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória (art. 6º., II, LA), a qual deve ser feita, a expensas da pessoa jurídica, na forma de extrato de sentença em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores (art. 6º., §5º., LA).

Na aplicação das sanções, determina a Lei Anticorrupção no art. 7º. que se leve em conta: (I) a gravidade da infração; (II) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator; (III) a consumação ou não da lesão; (IV) o grau de lesão ou perigo de lesão; (V) o efeito negativo produzido pela infração; (VI) a situação econômica do infrator; (VII) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações; (VIII) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica; e (IX) o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados.

Segundo um estudo¹³⁰ sobre o então projeto de lei 39/13 aprovado no Senado Federal (originalmente PL 6.826/10 na Câmara dos Deputados), os dispositivos dos incisos VII e VIII do art. 7º.

aproximam a legislação anticorrupção brasileira daquela adotada por outros países, em especial pelos EUA e Reino Unido, ao reconhecer expressamente que as empresas que tenham programas de *compliance* efetivos e que cooperem com as autoridades na apuração de irregularidades deverão receber um tratamento diferenciado, mais benéfico, no caso de violações.

Para Pierpaolo Cruz BOTTINI e Igor TAMASAUSKAS, a previsão do art. 7º., VIII, estimula ou fortalece políticas de *compliance*, sendo que pretendeu o legislador estimular uma cultura ética no seio da própria empresa. Entretanto, anteveem os referidos autores que “a investigação da prática de ilícitos pela própria empresa, em âmbito interno, será frequente, suscitando debates sobre seus limites e direitos dos investigados, como à privacidade diante de apreensões de documentos, mensagens eletrônicas etc.”¹³¹.

Quanto ao processo administrativo, a competência para a instauração e o julgamento de processo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica é da autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e

¹³⁰ TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS. Estudo destaca as principais determinações da lei anticorrupção. *Migalhas*. 9 de julho de 2013. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI182168,91041-Estudo+destaca+as+principais+determinacoes+da+lei+anticorrupcao>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

¹³¹ BOTTINI, Pierpaolo C.; TAMASAUSKAS, Igor. Nova lei anticorrupção vai estimular compliance. 2013. *Revista Consultor Jurídico*. 6 de agosto de 2013. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-ago-06/direito-defesa-lei-anticorrupcao-estimular-compliance>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

a ampla defesa (art. 8º., LA), a qual pode ser delegada, vedada a subdelegação (art. 8º., §1º., LA).

No âmbito do Poder Executivo federal, a CGU tem competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento na Lei Anticorrupção, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento (art. 8º., §2º., LA). Compete, ainda, à CGU a apuração, o processo e o julgamento dos atos praticados contra a Administração Pública estrangeira, observado o disposto no artigo 4 da Convenção da OCDE de 1997¹³² (art. 9º., LA).

Há previsão expressa de hipótese de desconconsideração da personalidade jurídica em caso de abuso de direito no art. 14 da Lei 12.846/2013, o qual assim dispõe:

Art. 14 A personalidade jurídica poderá ser desconconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Na esteira de leis recentes como a de lavagem de dinheiro e de combate a carteis, a Lei Anticorrupção prevê benefícios ao envolvido que decidir colaborar com as investigações. A nova lei permite que a Administração Pública celebre acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos e que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo (art. 16, LA). A CGU é o órgão competente para celebrar acordos de leniência no âmbito do

¹³² Dispõe o art. 4 da Convenção da OCDE, *in verbis*:

Artigo 4

Jurisdição

1. Cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de sua jurisdição em relação à corrupção de um funcionário público estrangeiro, quando o delito é cometido integral ou parcialmente em seu território.
2. A Parte que tiver jurisdição para processar seus nacionais por delitos cometidos no exterior deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de sua jurisdição para fazê-lo em relação à corrupção de um funcionário público estrangeiro, segundo os mesmos princípios.
3. Quando mais de uma Parte tem jurisdição sobre um alegado delito descrito na presente Convenção, as Partes envolvidas deverão, por solicitação de uma delas, deliberar sobre a determinação da jurisdição mais apropriada para a instauração de processo.
4. Cada Parte deverá verificar se a atual fundamentação de sua jurisdição é efetiva em relação ao combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros, caso contrário, deverá tomar medidas corretivas a respeito.

Poder Executivo federal, bem como nos casos de atos lesivos contra a Administração Pública estrangeira (art. 16, §10, LA).

Da colaboração da pessoa jurídica deve resultar a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber (art. 16, I, LA), e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração (art. 16, II, LA).

São condições para a celebração de acordo de leniência, elencadas no art. 16, §1º., LA, que a pessoa jurídica: (I) seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito; (II) cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da propositura do acordo; e (III) admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

Ainda que o acordo de leniência não exima a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado (art. 16, §3º., LA), de acordo com o art. 16, §2º., LA, sua celebração a isenta das sanções de publicação extraordinária de decisão condenatória (art. 6º., II, LA) e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 e máximo de 5 anos (art. 19, IV, LA), além de reduzir em até dois terços o valor da multa aplicável.

A proposta de acordo de leniência somente se torna pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo (art. 16, §6º., LA), sendo que a proposta rejeitada não importa em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado (art. 16, §7º., LA). Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 anos contados do conhecimento pela Administração do referido descumprimento (art. 16, §8º., LA), sendo incluída referência do não cumprimento no Cadastro Nacional de Pessoas Punidas (art. 22, §4º., LA). Instituído pela nova lei no âmbito do Poder Executivo federal, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) tem por função principal reunir e dar publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base na Lei Anticorrupção (art. 22, LA).

A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta sua responsabilização na esfera judicial (art.18, LA). Conforme disposto no art. 21 da Lei Anticorrupção, nas ações de responsabilização judicial será adotado o rito previsto na Lei 7.357/85 (Lei da Ação Civil Pública), podendo ajuizar a ação a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público (art. 19, LA).

As sanções aplicáveis em sede judicial, previstas no art. 19 da nova lei, são as sanções de:

- I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;
- II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;
- III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

A dissolução compulsória (art. 19, III, LA) é a sanção mais grave aplicável, correspondendo à “pena de morte” da pessoa jurídica. De acordo com os autores do anteprojeto, foram levados em conta os princípios da conservação da empresa e da manutenção das relações trabalhistas, de forma que a multa aplicável administrativamente segue parâmetros que visam a contemplar a realidade de faturamento das diferentes empresas e a sanção de dissolução compulsória aplicável judicialmente é restrita às hipóteses previstas cuja gravidade justifica tal sanção. A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos (art. 19, §1º, I, LA) ou quando comprovado ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados. (art. 19, §1º, II, LA).

As sanções administrativas previstas no art. 6º. da Lei 12.846/2013 poderão ser aplicadas na esfera judicial nas ações ajuizadas pelo Ministério Público desde que constatada a omissão das autoridades administrativas competentes (art. 20, LA).

As infrações previstas na Lei Anticorrupção prescrevem em 5 anos, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado (art. 25, LA). A prescrição é interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração na esfera administrativa ou judicial (art. 25, parágrafo único, LA) ou ainda pela celebração de acordo de leniência (art. 16, §9º, LA).

A Lei 12.846/2013 não exclui as competências do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica (art. 29, LA). Tampouco a aplicação das sanções nela previstas afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de ato de improbidade administrativa nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (art. 30, I, LA) e de atos ilícitos alcançados pela Lei de Licitações ou outras normas de licitações e contratos da Administração Pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (art. 30, II, LA). Entretanto, é importante destacar que a Lei Anticorrupção, em seu art. 17, abre a possibilidade de a Administração Pública celebrar acordo de leniência com pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), com vistas a isenção ou atenuação de sanções administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88.

As empresas, inseridas nesse cenário, devem observar os preceitos anticorrupção, compulsórios ou recomendados, no plano interno e internacional, o que pode ser alcançado por via do *compliance*.

5 COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

O termo *compliance* é oriundo do verbo inglês *to comply*, sendo um substantivo (*noun*) que significa, na definição do dicionário Oxford, “a pratica de obedecer regras e solicitações feitas por pessoas imbuídas de autoridade”¹³³. Em Portugal, a CMVM (Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários) o traduziu como “serviços independentes do controlo do cumprimento” no Regulamento n.º. 3/2008 – Controlo Interno¹³⁴. No Brasil, é comum o emprego do anglicismo *compliance*, sendo, na definição apresentada por Marcelo COIMBRA, Vanessa MANZI *et al*, “o dever de cumprir, de estar em conformidade e fazer cumprir leis, diretrizes, regulamentos internos e externos, buscando mitigar o risco atrelado à reputação e o risco legal/regulatório”¹³⁵, ou seja, o chamado risco de *compliance*.

O risco atrelado à reputação é “a perda potencial na reputação, provocando publicidade negativa, perda de rendimento, litígios caros, redução na base de clientes e, nos casos mais extremos, até a falência”¹³⁶. Segundo o Barômetro Global da Corrupção (*Global Corruption Barometer*) da Transparência Internacional de 2013, 54% das pessoas entrevistadas afirmaram que pagariam mais por produtos de empresas não-corruptas¹³⁷. Ainda, a boa reputação perante os fornecedores de capital reduz significativamente os custos de capital e os investidores cada vez mais consideram temas relacionados ao *compliance* nas suas decisões de investimentos¹³⁸. A ética da organização também influencia no comprometimento e satisfação dos empregados, assim atraindo e retendo talentos, além da melhora do desempenho e do clima organizacional¹³⁹. Já o risco legal ou regulatório “relaciona-

¹³³ Tradução livre para: “the practice of obeying rules or requests made by people in authority”. HORNBY, Albert S. *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. 7ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

¹³⁴ CMVM. *Regulamento da CMVC n.º. 3/2008 – Controlo Interno*. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos/2008/Documents/7b1e23fe74bb45f4ab1e8b2ff828d52aRegulamento03_2008_vconsolidada.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2013.

¹³⁵ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 2.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ TI. *Global Corruption Barometer 2013*. Berlim: Transparency International, 2013.

¹³⁸ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 7.

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

se com a não conformidade com, regulações e padrões de *compliance*¹⁴⁰, o que pode levar à sanções como as descritas na análise da legislação brasileira e estadunidense, além de outras implicações como, por exemplo, no âmbito da Justiça do Trabalho ou mesmo em outras jurisdições.

Segundo a Transparência Internacional no *Relatório Global de Corrupção 2009: A Corrupção e o Setor Privado*¹⁴¹, o argumento para que as empresas combatam a corrupção é hoje mais vigoroso do que nunca, pois:

No plano empresarial, a corrupção aumenta os custos provocando inseguranças, colocando em risco a reputação e gerando vulnerabilidade à extorsão. Torna o acesso ao capital mais caro, reduz as avaliações da empresa e corrói a moral da equipe. Em um ambiente de mercado mais amplo, a corrupção solapa a competição leal, provocando perda de oportunidades de negócios e alimentando burocracias corruptas. A corrupção dentro das empresas e praticada pelas mesmas corrói a base da qual depende sua própria existência e seu sucesso: o funcionamento e a governança sólida dos mercados. Práticas corruptas desqualificam a licença social de operação, anulando a legitimidade e a confiança da qual a empresa depende na sociedade.

O controle do risco de *compliance* reverte em economia e crescimento para a empresa. Estudos demonstram que a cada dólar gasto com *compliance*, cinco dólares são economizados em custos com processos legais, danos à reputação e perda de produtividade e que 60 a 70% do empresariado acredita que empresas éticas e responsáveis obterão melhores resultados a longo prazo¹⁴². Nas palavras de Andrew NEWTON, “se você pensa que *compliance* é caro, experimente o não-*compliance*”¹⁴³.

Como se percebe, não se trata de pregar o altruísmo empresarial ou ignorar o aviso de Fábio Konder COMPARATO, quem assevera que o “espírito do capitalismo é o egoísmo competitivo, excludente e dominador. Daí por que toda espécie de colaboração entre empresários é naturalmente tida por suspeita”¹⁴⁴. O

¹⁴⁰ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 2.

¹⁴¹ TI. *Relatório Global de Corrupção 2009: A Corrupção e o Setor Privado*. Tradução de Bruno W. Speck (organizador). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

¹⁴² COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 5.

¹⁴³ Tradução livre para: “If you think *compliance* is expensive, try non-*compliance*”. NEWTON, Andrew. *The handbook of Compliance*. Mind into matter, 2002. *Apud* COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 5.

¹⁴⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 536.

compliance é vantajoso para a empresa, com benefícios reflexos para toda a sociedade. À semelhança dos cidadãos da sociedade cívica descrita por Robert D. PUTNAM, as empresas têm de considerar “o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal”¹⁴⁵, buscando o que Alexis de Tocqueville denominara *interesse próprio corretamente entendido*, ou seja, “um interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é ‘esclarecido’ e não ‘míope’, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros”¹⁴⁶, a fim de que não se encene a tragédia dos comuns.

No Brasil, esse contexto se aproxima do princípio da função social da empresa, o qual vem na esteira da constitucionalização do Direito Privado desde 1988. Os contratos empresariais geralmente produzem efeitos externos ao interesse das partes contratantes, sendo que “tais *externalidades* são positivas, quando associadas à atividade econômica, à oferta de postos de trabalho, produtos e serviços que a ela se associam e à geração de tributos; são negativas quando conduzem à deterioração ambiental e social”¹⁴⁷. O fato de existirem externalidades justifica a intervenção do Estado no domínio privado e a empresa, seja vista como contrato ou propriedade, submete-se ao princípio da função social, cujo conteúdo não foi positivado, cabendo à doutrina e à jurisprudência traçá-lo em uma perspectiva crítica da dogmática clássica (individualista) do Direito Privado. O custo do impacto dos efeitos externos para as empresas deve ser levado em conta. Conforme conclui Márcia Carla Pereira RIBEIRO¹⁴⁸:

Uma gestão empresarial eficiente pressupõe uma cuidadosa análise relacionada aos contratos que são utilizados para o exercício da atividade econômica, inclusive com relação aos seus efeitos e a possibilidade de sua externalização, assim como mediante adoção de medidas de planejamento aptas a neutralizar custos que possam decorrer de tais efeitos externos, inclusive por consideração ao princípio da função social dos contratos.

¹⁴⁵ PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: *a experiência da Itália moderna*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 102.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Gestão de contratos empresariais: Intervenção e Desenvolvimento Econômico e Socioambiental. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UNIBRASIL*, Curitiba, n. 7, p. 159-177, 2007.

¹⁴⁸ Idem.

5.1 PROGRAMAS DE COMPLIANCE

Não há um modelo de *compliance prêt-à-porter* que seja possível implementar com sucesso em todas as empresas. O programa de *compliance* deve levar em conta tamanho, localização, organização, objeto comercial, exposição legal e regulatória, dentre outras características particulares da empresa¹⁴⁹.

Nos Estados Unidos, reconhecem o DOJ e a SEC¹⁵⁰ que nenhum programa de *compliance* consegue prevenir toda ação criminosa por parte dos empregados ou dar às empresas um padrão de perfeição. Na avaliação de um programa de *compliance*, leva-se em conta três perguntas básicas: O programa de *compliance* da empresa é bem estruturado? (*Is the company's compliance program well designed?*) Está sendo aplicado de boa-fé? (*Is it being applied in good faith?*) Funciona? (*Does it work?*). Ainda apontam as *hallmarks* (marcas) de um programa efetivo de *compliance*.

Ainda que não exista um modelo universal, há um crescente consenso internacional sobre o que caracteriza o bom *compliance*¹⁵¹. Numerosos são os guias de boas práticas editados por organizações internacionais (governamentais e não-governamentais), como as Regras da CCI para o combate à corrupção (*Règles d'ICC pour combattre la corruption*) e o Guia de Boas Práticas em Controles Internos, Ética e Compliance (*Good Practice Guidance in Internal Controls, Ethics and Compliance*) da OCDE.

Analisando os guias da CCI e da OCDE, bem como os *hallmarks* apontados pelo DOJ e SEC, percebe-se que têm muitos pontos em comum. Alega-se que para um programa efetivo de *compliance*, é necessário que os ocupantes dos cargos mais altos das empresas tenham comprometimento com a ética empresarial e que se institua uma política clara anticorrupção, com implementação de políticas e procedimentos de *compliance* e de um Código de conduta. Os executivos e empregados devem receber treinamento e, se for o caso, medidas disciplinares devem ser aplicadas. Um sistema eficiente de *compliance* deve contar com

¹⁴⁹ COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 20.

¹⁵⁰ DOJ. SEC. *FCPA: A resource guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act*. Disponível em <<http://www.sec.gov/spotlight/fcpa/fcpa-resource-guide.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2013.

¹⁵¹ Idem.

supervisão, autonomia e recursos, com foco na detecção e tratativa de riscos de *compliance*, além de se preocupar com a melhoria contínua do próprio sistema. Deve-se possibilitar a delação e condução de investigações internas, bem como aplicar a *due diligence* no contato com terceiros e em caso de movimentos societários ou estabelecimento de *joint ventures*.

De acordo com Marcelo COIMBRA, Vanessa MANZI *et al*¹⁵², são requisitos básicos para um programa de compliance efetivo:

1. padrões de conduta e política e procedimentos escritos;
2. designação de um *compliance* Officer e/ou um Comitê de *Compliance*;
3. educação e treinamento para fornecer conhecimento de forma efetiva;
4. canal de comunicação anônima de eventuais problemas de *compliance*;
5. monitoramento proativo de processos específicos e documentos para fins de compliance e ajuda na redução de problemas identificados;
6. comunicação efetiva;
7. ações disciplinares; e
8. ações corretivas.

Para melhor compreensão, é interessante visualizar como é um programa de *compliance* na prática. O programa de *compliance* da Volvo AB foi escolhido como exemplo no presente trabalho por ser a Volvo do Brasil uma empresa de grande destaque, sediada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

5.2 COMPLIANCE NA VOLVO

A Volvo do Brasil (VdB) é a subsidiária brasileira do grupo Volvo (Volvo AB), multinacional de matriz sueca signatária, desde 2001, do Pacto Global das Nações Unidas (*United Nations Global Compact*)¹⁵³. A Suécia é internacionalmente conhecida pelo alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0,916, o sétimo maior do mundo segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)¹⁵⁴ – e baixos níveis de corrupção pública – o quarto país menos corrupto, sendo superada apenas por Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia,

¹⁵² COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 54.

¹⁵³ VOLVO. *The Volvo Group Sustainability Report 2012*. Disponível em: <www.volvogroup.com/sustainabilityreport>. Acesso em: 17 de set. 2013.

¹⁵⁴ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. Nova York: PNUD, 2013.

segundo o Índice de Percepção de Corrupção (*Corruption Perceptions Index*) da Transparência Internacional¹⁵⁵.

A Volvo AB recentemente enfrentou problemas de corrupção empresarial. O episódio é parte do escândalo do programa *Oil-for-food* (Petróleo-por-comida)¹⁵⁶ da Organização das Nações Unidas criado em 1996, que permitia a venda de petróleo para a compra de alimentos, remédios e outros suprimentos de valor humanitário como exceção ao embargo econômico internacional imposto ao Iraque depois da invasão do Kuwait comandada pelo então presidente-ditador Saddam Hussein em 1990. O governo do Iraque usualmente solicitava o pagamento de propina no valor de 10% do contrato, com frequência disfarçado contabilmente pelas empresas como “taxa de serviços de pós-venda” (“*after-sales service fees*”), caso das subsidiárias da Volvo AB¹⁵⁷. Entre as empresas envolvidas no escândalo do *Oil-for-Food*, também estão Fiat, Akzo Nobel, Chevron, DaimlerChrysler, Ingersoll-Rand, Johnson & Johnson e Siemens¹⁵⁸.

Entre 2000 e 2003, a Renault Trucks pagou, por intermédio de empregados e agentes, US\$5mi em propinas à autoridades iraquianas para obtenção de contratos com vários ministérios iraquianos, no total de €61mi. Agentes, empregados e distribuidores da Volvo Construction Equipment (VCE), sucessora da Volvo Construction Equipment International AB (VCEI), pagaram por volta de US\$1.3mi em propinas para a obtenção de contratos no valor de aproximadamente US\$13.8mi. Essas subsidiárias da Volvo AB inflaram em cerca de 10% os preços dos contratos antes de submetê-los à aprovação da ONU, omitindo que o valor do suborno estava neles embutido. Em alguns casos, a Renault Trucks superfaturou serviços de empresas que equipam os chassis e cabines de caminhões, sendo que essas empresas posteriormente repassavam os valores recebidos a maior para as autoridades iraquianas¹⁵⁹.

¹⁵⁵ TI. *Global Corruption Perceptions Index 2012*. Berlim: Transparency International, 2012.

¹⁵⁶ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 161.

¹⁵⁷ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 325.

¹⁵⁸ BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. *Foreign corrupt practices act compliance guidebook*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. p. 162.

¹⁵⁹ TARUN, Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 325.

A multinacional e as duas subsidiárias (Renault Trucks e VCE) firmaram em março de 2008 um acordo de persecução diferida (*deferred prosecution agreement – DPA*) nos Estados Unidos da América, concordando em pagar US\$7mi de multa ao DOJ, US\$4mi de penalidade civil à SEC e aproximadamente US\$8.6mi em restituição de lucros indevidos (*disgorgement*), por violações ao FCPA e conspiração por meio de comunicação para cometimento de fraude (*conspiracies to commit wire fraud*), crime federal previsto no 18 U.S.C. §1343. Nos termos do DPA, a Volvo AB assumiu responsabilidade pelas ações de suas subsidiárias, cujos empregados, agentes e distribuidores pagaram suborno às autoridades iraquianas para obter contratos de vendas de caminhões e equipamentos de construção e concordou em implementar melhores políticas e procedimentos de *compliance*¹⁶⁰.

O grupo Volvo aprovou uma Política de *compliance* anticorrupção (*Anti-corruption compliance policy*)¹⁶¹ em 2009, com o objetivo de delinear as ações, tarefas e responsabilidades, bem como definir os documentos internos que compõe o seu Programa de Compliance Anticorrupção (*Anti-corruption Compliance Program*). A Política afirma categoricamente que o grupo Volvo não participará de práticas de corrupção e que a empresa tomará medidas para evitar que seus parceiros comerciais se envolvam em tais práticas.

Conforme a Política, o procedimento anticorrupção é composto por três áreas interligadas: Prevenção (*Prevention*), Detecção (*Detecting*) e Resposta (*Responding*). A Prevenção envolve organização corporativa, governança corporativa, políticas e procedimentos anticorrupção, treinamento de funcionários e executivos, sistemas de controle financeiro, contratos e auditorias de terceiros e controles de gestão; a Detecção engloba auditoria, programa de controle interno, delação e investigações internas; a Resposta abriga reporte às autoridades, ações disciplinares e avaliação/emendas do programa de *compliance*. Cabe ao *Chief Compliance Officer* supervisionar a implementação do Programa, liderar ou participar de treinamentos e auditorias e liderar investigações de não-conformidades. Os

¹⁶⁰ TARUN. Robert W. *The Foreign Corrupt Practices Act Handbook*. Chicago: ABA, 2012. p. 325.

¹⁶¹ VOLVO. *Anti-corruption compliance policy*. Disponível em: <<http://corporate.renault-trucks.com/media/document/anti-corruption-program/ab-volvo-anti-corruption-compliance-policy.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2013.

diversos setores do grupo Volvo devem, ao menos anualmente, avaliar os riscos de *compliance* e implementar as medidas apropriadas para mitigá-los.

O Código de Conduta da Volvo¹⁶² é um documento fundamental no Programa de *Compliance* Anticorrupção. Em sua versão de 2012, reconhece o documento que o “sucesso nos negócios depende da conquista e da manutenção da confiança de clientes, acionistas, funcionários, governos e público em geral”¹⁶³ e afirma que o grupo Volvo se compromete a apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos internacionais, garantindo que não seja cúmplice de abusos. São instituídos entre os princípios de negócio¹⁶⁴:

- a fidedignidade contábil e dos relatórios

Todas as transações financeiras devem ser relatadas de acordo com as práticas de contabilidade geralmente aceitas, e os registros de contabilidade devem mostrar a natureza de todas as transações de modo correto e honesto.

O Volvo Group deve fazer relatórios de modo transparente, verdadeiro e oportuno com o objetivo de transmitir uma visão verdadeira do desempenho do Volvo Group.

- a postura ética anticorrupção

O Volvo Group não deve participar nem apoiar nenhuma prática de corrupção.

Os representantes do Volvo Group não devem oferecer aos clientes, possíveis clientes, fornecedores, consultores, governos, agências do governo ou qualquer representante dessas entidades nenhuma recompensa ou benefício que viole as leis aplicáveis ou as práticas de negócios estabelecidas que sejam mais rígidas que as leis aplicáveis para obter ou reter negócios ou obter qualquer outra vantagem imprópria.

Os funcionários do Volvo Group não devem aceitar pagamentos, presentes ou outros tipos de reembolso de terceiros os quais poderiam afetar sua objetividade nas decisões comerciais.

- a conformidade tributária

O Volvo Group deve estar em conformidade com as leis e as regulamentações de impostos de cada país no qual opera. Em locais em que as leis de impostos não dão orientações claras, prudência e transparência devem ser os princípios orientadores.

¹⁶²

VOLVO. *Código de Conduta*. Disponível em: <[http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brasil/documents/Código%20de%20Conduta%20Volvo%20\(950kb\).pdf](http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brasil/documents/Código%20de%20Conduta%20Volvo%20(950kb).pdf)>. Acesso em: 17 de set. 2013.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

- a observância aos requisitos regulatórios dos produtos

O Volvo Group deve garantir que seus produtos atendam aos requisitos regulatórios aplicáveis.

O Volvo Group deve projetar seus produtos com foco em nossos valores fundamentais de qualidade, segurança e cuidado com o meio ambiente.

- as práticas de concorrência justa

O Volvo Group deve concorrer de modo justo e íntegro.

O Volvo Group não deve trocar informações nem entrar em acordo ou entendimento com seus concorrentes, clientes ou fornecedores de forma que possa influenciar inadequadamente o mercado ou o resultado de um processo de licitação.

O Volvo Group deve usar métodos legítimos para obter informações sobre nossos concorrentes.

- a neutralidade política

O Volvo Group deve manter a neutralidade com relação a partidos políticos e candidatos a cargo público. Nem os nomes nem os ativos das empresas do Volvo Group devem ser usados para promover os interesses de partidos políticos ou candidatos a cargo público.

Outro documento importante para o Programa de *Compliance* Anticorrupção é o Manual de Conduta¹⁶⁵, o qual é distribuído para novos funcionários. Segundo a Diretoria da Volvo do Brasil, o Manual, cuja versão atual para o Brasil é de 2011, “foi concebido especificamente para enfatizar os princípios pelos quais a empresa conduz as relações com todas as partes interessadas (*stakeholders*)”¹⁶⁶. Além dos princípios de negócios, o Manual traz diretrizes para o relacionamento com o público externo, diretrizes relacionadas ao ambiente interno e outras diretrizes corporativas, como a utilização da marca Volvo e a política de viagens a serviço.

O recebimento e o oferecimento de brindes, presentes e convites por funcionários é abordado pelo Manual nas diretrizes para o relacionamento com o público externo. Brindes e presentes com valor de até R\$100,00 recebidos em caráter eventual, tais como chaveiros, canetas, agendas, bolsas de viagem, bonés, etc., podem ser aceitos. Se o valor do brinde for superior a R\$100,00 e inferior a R\$500,00, pode ser sorteado entre os membros da equipe ou encaminhado para doação a entidades carentes pela Assistência Social da empresa, destino caso o valor do brinde seja superior a R\$500,00. Orienta-se enviar carta explicando as

¹⁶⁵ VOLVO. *Manual de Conduta*. Disponível em: <http://www.volvo.com.br/relatoriosocial/relatorio2011h/pdf/manual_de_conduta.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2013.

¹⁶⁶ Idem.

políticas do grupo Volvo no mês de novembro de cada ano à clientes, concessionários e fornecedores que costumam enviar brindes e presentes de final de ano com valor superior ao estabelecido como regra geral.

No caso de convites para treinamentos e eventos feitos por parceiros de negócios, prescreve o Manual que podem ser aceitos, sob aprovação do Gerente do departamento, desde que sejam relacionados a trabalho ou desenvolvimento profissional ou seja um evento institucional tal como aniversário de empresas ou inaugurações, caso em que o número de representantes da Volvo deve ser o menor possível. Na hipótese de o evento ou treinamento ser em outra cidade, as despesas de viagem e acomodação devem ser às expensas da Volvo. Convites para refeições, se feitos de forma espontânea e relacionados ao negócio, podem ser aceitos, sendo recomendável que, na medida do possível, o funcionário Volvo pague suas despesas e requeira reembolso posteriormente. Entretanto, churrascos e confraternizações com a finalidade única de entretenimento oferecidos ou patrocinados por fornecedores ou potenciais fornecedores não podem ser aceitos, pois podem caracterizar conflito de interesses e influenciar nas relações comerciais.

Permite-se, de acordo com o Manual, oferecer à parceiros de negócios, sem restrições, brindes de baixo valor comercial e materiais promocionais comumente ofertados no mercado. No caso de presentes de maior valor ou convites para eventos da Volvo, no país ou no exterior, é necessário seguir as políticas da Volvo AB e obter aprovação do responsável pela divisão e/ou da Diretoria da VdB. Segundo o Manual¹⁶⁷:

Como regra geral, tais presentes ou eventos devem estar conectados ao negócio e não podem se caracterizar como puro entretenimento.

É importante ressaltar que, em nenhuma situação, o recebimento ou oferecimento de brindes pode estar (ou insinuar estar) condicionado ao fechamento ou facilitação de negócios em qualquer direção.

Quando os brindes e/ou convites forem endereçados a autoridades (Poder Público), deve-se respeitar a Política de Relações Institucionais.

¹⁶⁷ VOLVO. *Manual de Conduta*. Disponível em: <http://www.volvo.com.br/relatoriosocial/relatorio2011h/pdf/manual_de_conduta.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2013.

A divulgação do Manual de Conduta é dever das lideranças, sendo responsabilidade de todos funcionários seu conhecimento e observância, pois “violações deste Manual ou de quaisquer outros procedimentos, diretrizes ou políticas da empresa podem resultar em ações disciplinares e legais para todo e qualquer funcionário, independentemente do nível hierárquico”¹⁶⁸.

Na VdB, o Comitê de Ética, criado em 2006, é coordenado pelo Auditor interno e é composto pelo Gerente de Recursos Humanos, o Gerente do Jurídico e o Coordenador da Comissão de Fábrica, além de representantes do Serviço Financeiro Volvo (*Volvo Financial Service* – VFS). O Comitê é “um canal que pode ser utilizado por todos os funcionários e demais públicos, internos e externos, que queiram registrar reclamações, denúncias, dúvidas ou sugestões relacionadas à ética, à fraude ou a qualquer forma de desvio de conduta envolvendo a companhia”¹⁶⁹ de maneira anônima.

Globalmente, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade do Grupo Volvo 2012 (*The Volvo Group Sustainability Report 2012*)¹⁷⁰, 33 possíveis casos de violações foram delatados e investigados em 2012, dos quais dois foram tratados como casos potenciais de corrupção.

5.3 COMPLIANCE E REDUÇÃO DA CORUPÇÃO

A implementação de um programa de *compliance* com a adoção de medidas tomadas internamente (como, por exemplo, a limitação do valor dos brindes oferecidos por fornecedores que podem ser aceitos pelos empregados da empresa) concretiza a prevenção e o combate à corrupção empresarial. A consequência é o reforço da integridade institucional e, se as empresas, bem como seus dirigentes e empregados, aderirem à boas práticas como estas, a tendência é a redução da corrupção em escala local e mundial.

¹⁶⁸ VOLVO. *Manual de Conduta*. Disponível em: <http://www.volvo.com.br/relatoriosocial/relatorio2011h/pdf/manual_de_conduta.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2013.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ VOLVO. *The Volvo Group Sustainability Report 2012*. Disponível em: <www.volvogroup.com/sustainabilityreport>. Acesso em: 17 de set. 2013.

O comportamento de uma empresa em *compliance* estimula que as demais empresas façam o mesmo. Os concorrentes porque necessitam manter a competitividade no mercado e os parceiros porque lhes é exigido comportamento ético compatível para a realização de negócios em conjunto. Isso estabelece um círculo virtuoso de integridade e confiança, característica identificada por Robert D. PUTNAM¹⁷¹ em sociedades mais cívicas e, portanto, menos corruptas.

A pessoa jurídica ética pode ser a responsável por quebrar o elo da cadeia de corrupção. Para tanto, o *compliance* tem de ser efetivo, cumprindo seu papel de “oferecer uma resposta ao maior desafio da ética nas organizações, qual seja, a metodologia, as técnicas e os mecanismos de integrar a ética na sua estratégia, decisões e ações”¹⁷². Tais metodologias, técnicas e mecanismos internamente estabelecidos materializam o comportamento ético afirmado em documentos como códigos de conduta, os quais devem ser vivenciados no dia-a-dia das empresas.

A empresa ao conscientizar dirigentes e funcionários sobre os riscos de *compliance*, fornecer parâmetros para balizar as condutas e instituir mecanismos de delação, fiscalização, punição e investigação interna constrói um ambiente organizacional menos propício a atos de corrupção, além de estimular parceiros e concorrentes a fazer o mesmo. Desta forma, a adoção, por via do *compliance*, de boas práticas de governança corporativa tem como efeito reflexo a redução da corrupção.

¹⁷¹ PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹⁷² COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). *Manual de compliance*. São Paulo: Atlas, 2010. p. 13.

CONCLUSÃO

A prática da corrupção, apesar de ser antiga quanto a própria civilização, ganhou contornos mais amplos devido ao maior fluxo de pessoas, bens, capitais e serviços através das fronteiras nacionais. Com a globalização, a corrupção consolidou-se como um problema em escala mundial.

Hodiernamente, há um crescente consenso de que a corrupção tem efeitos deletérios para a sociedade, pois é obstáculo ao desenvolvimento econômico, afastando recursos e talentos do setor produtivo de riquezas e distorcendo as decisões estatais quanto às políticas públicas. Tomando-se em conta que o direito ao desenvolvimento é um direito humano, a corrupção, por ser contrária ao desenvolvimento, é contrária aos Direitos Humanos. Também é prejudicial ao desenvolvimento institucional, enfraquecendo a democracia e o Estado de Direito. Faz-se, portanto, mister o combate e a prevenção à corrupção, tarefa que envolve não só os Estados e as Organizações e Bancos Internacionais Multilaterais, mas também os cidadãos, organizações não vinculadas ao Poder Público e empresas.

Os Estados participam ao serem partes signatárias das diversas convenções internacionais anticorrupção, as quais foram inicialmente desenvolvidas no seio das Organizações Multilaterais regionais e posteriormente chegou-se a um acordo global no âmbito da ONU: a Convenção das Nações Unidas contra Corrupção (UNCAC) de 2003. Para que tenha efetividade, os Estados devem honrar os compromissos firmados no plano internacional pela criação ou alteração de leis e mecanismos de aplicação em seu respectivo direito interno. Os Estados Unidos da América foram pioneiros na adoção de leis contra a corrupção transnacional e atualmente as determinações do *Foreign Corrupt Practices Act*, de 1977, podem alcançar, com suas pesadas sanções, empresas brasileiras ou subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil, motivo pelo qual deve ser conhecido no país. Nesse contexto, o Brasil promoveu em 2002 alterações no Código Penal para incluir os crimes contra a administração pública estrangeira e recentemente foi promulgada a Lei 12.846/2013, sobre a responsabilidade civil e administrativa das pessoas jurídicas por atos contra a administração pública estrangeira. Espera-se que a nova lei incentive a integridade empresarial e o *compliance* no país.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento fazem a sua parte ao prevenirem a corrupção interna e nos projetos por eles financiados.

As pessoas comuns participam ao apoiar organizações anticorrupção, participar de protestos pacíficos, assinar petições, manifestar-se em redes sociais, pagar mais por produtos de empresas integras e, sobretudo, denunciando e dizendo não à atos de corrupção. As organizações não governamentais incentivam as boas práticas e pactos de integridade empresarial e monitoram a corrupção em todo mundo, colocando o assunto, anteriormente um tabu, na ordem do dia.

As empresas, foco do presente trabalho e fundamentais na prevenção e combate à corrupção, devem observar sua função social, preocupando-se com as externalidades de suas atividades e contratos. Contribuem pela participação em pactos empresariais de integridade e ao assegurar a observância da legislação e marcos regulatórios aplicáveis, além de estabelecerem normas internas anticorrupção para a criação de uma cultura de conformidade.

A melhor forma de cumprir esse papel é a implementação de um programa de *compliance*, desenvolvido sob medida conforme suas características e necessidades. Um efetivo programa de *compliance* tem supervisão, autonomia e recursos, contemplando uma política clara anticorrupção, o comprometimento dos ocupantes de elevados cargos de direção, a adoção de um Código de Conduta, treinamentos e boa comunicação para que todos na organização conheçam e pratiquem condutas integras, mecanismos eficientes de prevenção à corrupção, delação de inconformidades e investigação interna e a melhoria contínua do próprio programa, com foco na detecção e tratativa de riscos de *compliance*. A Volvo AB, como tantas outras empresas, depois de descobrir-se vulnerável à práticas de corrupção, implementou um programa de *compliance* nesses moldes.

Em uma sociedade de competição capitalista, não se espera que as empresas invistam em um programa de *compliance* por mera liberalidade. Entretanto, o *compliance* comprovadamente aumenta a competitividade e o desempenho a longo prazo, diminui os custos de capital, atrai investidores e clientes, solidifica a boa reputação, dá boa publicidade, motiva empregados e evita sanções legais, além de contribuir para que não haja distorção, mas competição leal, no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADB. **Anticorruption.** Disponível em: <<http://www.adb.org/sites/default/files/pub/1998/anticorruption.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

_____. **Anticorruption and integrity: Overview.** Disponível em: <<http://www.adb.org/site/integrity/overview>>. Acesso em: 24 de jun. de 2013.

AfDB. **Integrity and Anti-Corruption: Progress Report 2009-2010.** Disponível em: <<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Integrity%20and%20Anti-Corruption.pdf>>. Acesso em 24 de jun. de 2013.

AGUSTINHO, Eduardo de Oliveira. As Tragédias dos Comuns e dos Anticomuns. In: RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; KLEIN, Vinícius (Coords). **O que é Análise Econômica do Direito: uma introdução.** Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 49-62.

AVELÃS NUNES, António José. **Neoliberalismo e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla P. **Curso Avançado de Direito Comercial.** 6ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BID. **Multilateral Development Banks (MDBs) step up their fight against corruption with joint sanction accord.** 2010. Disponível em <<http://www.iadb.org/en/news/news-releases/2010-04-09/multilateral-development-banks-fight-corruption-with-new-joint-sanction,6959.html>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

BIEGELMAN, Martin T.; BIEGELMAN, Daniel R. **Foreign corrupt practices act compliance guidebook.** New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

BOTTINI, Pierpaolo C.; TAMASAUSKAS, Igor. Nova lei anticorrupção vai estimular compliance. 2013. **Revista Consultor Jurídico**. 6 de agosto de 2013. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-ago-06/direito-defesa-lei-anticorruptao-estimular-compliance>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

CCI. **ICC Rules on Combating Corruption**. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/advocacy-codes-and-rules/areas-of-work/corporate-responsibility-and-anti-corruption/ICC-Rules-on-Combating-Corruption/>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

____. **Règles d'ICC pour combattre la corruption**. 2011. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/Data/Polices/2011/Règles-d'ICC-pour-combattre-la-corruption/>>. Acesso em: 12 de set. 2013. p.5.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Conferência proferida na inauguração do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), em 6 de março de 2001, Curitiba/PR. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/responsabilidade_penal_juridica.pdf>. Acesso em: 02 de ago 2013.

CMVM. **Regulamento da CMVC no. 3/2008 – Controlo Interno**. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos/2008/Documents/7b1e23fe74bb45f4ab1e8b2ff828d52aRegulamento03_2008_vconsolidada.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2013.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar. MANZI, Vanessa Alessi (organizadores). **Manual de compliance**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSELHO DA EUROPA. **Le Conseil de l'Europe en bref: Ne pas confondre.** Disponível em <<http://www.coe.int/aboutCoe/index.asp?page=nepasconfondre&l=fr>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

_____. **Convention pénale sur la corruption.** Disponível em <<http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/173.htm>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

_____. **Convention civile sur la corruption.** Disponível em <<http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/174.htm>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

DOJ. SEC. **FCPA:** A resource guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act. p. 25. Disponível em <<http://www.sec.gov/spotlight/fcpa/fcpa-resource-guide.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2013.

DOTTI, René Ariel. A incapacidade criminal da pessoa jurídica. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, 11/201, 1995.

EBRD. **Compliance.** Disponível em <<http://www.ebrd.com/pages/about/integrity/compliance.shtml>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

ETHOS. **Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/projetos/em-andamento/pacto-empresarial-pela-integridade-e-contra-a-corrupcao/#.Ui9kMuA0PJ8>>. Acesso em: 08 de set. 2013.

FIESP. Relatório Corrupção: **custos econômicos e formas de combate.** 2008. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=2021>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Partnering Against Corruption Initiative**. Disponível em <<http://www.weforum.org/issues/partnering-against-corruption-initiative#Anti-corruption>>. Acesso em: 10 de set. 2013.

Partnering Against Corruption Initiative Members. Disponível em <http://www3.weforum.org/docs/IP/2013/PACI/WEF_PACI_Members_2013.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2013.

FRANCESCHINI, Ricardo. **Breves reflexões sobre a lei Sarbanes Oxley**. 2008. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI58808,11049-Breves+reflexoes+sobre+a+Lei+Sarbanes+Oxley>>. Acesso em: 02 de ago. 2013.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&MPM, 2010.

GODINHO, Thiago José Z. Contribuição do Direito Internacional no combate à corrupção. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 58, p. 347-386, jan./jun. 2011.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of the Commons**. Science, V. 162, nº 3859, p. 1243-1248, December, 1968. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf>. Acesso em: 14 de Abril de 2011.

HERNANDES, Pedro P. Combate à corrupção no Brasil: **análise sob a ótica da economia da corrupção**. 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/concursos/Arquivos/6_ConcursoMonografias/1-Lugar-Universitarios.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2013.

HORNBY, Albert S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 7ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

IBOPE. **Cai a confiança dos brasileiros nas instituições.** Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-.aspx>>. Acesso em: 07 de set. 2013.

KOEHLER, M. **FCPA professor 2012.** Disponível em <<http://www.fcprofessor.com/fcpa-101#q16>>. Acesso em 10 de ago. 2013.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MAURO, Paolo. **Why worry about corruption?** Washington: IMF, 1997.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado.** 13ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OCDE. **Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.** Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/ocde/publicacoes/arquivos/texto%20convenção.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

OEA. **Convenção interamericana sobre a corrupção.** Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/oea/convencao/arquivos/convencao.pdf>>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

ONU. **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.** Disponível em <http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf>. Acesso em: 24 de jun. 2013.

_____. **O Pacto Global.** Disponível em <<http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/index.html>>. Acesso em: 12 de set. 2013.

_____. **Pacto Global**. Nova York: United Nations, 2011.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. Nova York: PNUD, 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. vol 1. 9ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PRONER, Carol. DE PAULA, Vera C. Abagge. Corrupção e o marco convencional internacional. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UNIBRASIL**, Curitiba, n. 17, p. 1-31, 2011.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: **a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAMINA, Larissa. **Ação Internacional contra a corrupção**. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. A Convenção Interamericana Contra a Corrupção: uma breve análise. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia da UNIBRASIL**, Curitiba, n. 6, p. 347-386, jul./dez.. 2009.

RAMOS, João Gualberto G. **Curso de Processo Penal norte-americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Gestão de contratos empresariais: Intervenção e Desenvolvimento Econômico e Socioambiental. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UNIBRASIL**, Curitiba, n. 7, p. 159-177, 2007.

TARUN. Robert W. **The Foreign Corrupt Practices Act Handbook**. Chicago: ABA, 2012.

TI. **Global Corruption Barometer 2013**. Berlim: Transparency International, 2013.

_____. **FAQs on Transparency International.** Disponível em <http://www.transparency.org/whoweare/organisation/faqs_on_transparency_international/2/#achievements>. Acesso em: 07 de set. 2013.

_____. **Global Corruption Perceptions Index 2012.** Berlim: Transparency International, 2012.

_____. Relatório Global de Corrupção 2009: **A Corrupção e o Setor Privado.** Tradução de Bruno W. Speck (organizador). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TULLOCK, Gordon. **The New Palgrave Dictionary of Economics Online.** Disponível em: <http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_R000100>. Acesso em: 09 de out. 2013.

TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS. Estudo destaca as principais determinações da lei anticorrupção. **Migalhas.** 9 de julho de 2013. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI182168,91041-Estudo+destaca+as+principais+determinacoes+da+lei+anticorruptao>>. Acesso em: 10 de ago. 2013.

UNIÃO AFRICANA. **Convenção da União Africana sobre a prevenção e o combate à corrupção.** Disponível em <[http://sp.au.int/ANTICOR/system/files/Convention\(portugese\)_0.doc](http://sp.au.int/ANTICOR/system/files/Convention(portugese)_0.doc)>. Acesso em 10 de ago. 2013.

VIEIRA, Ana Livia Bomfim. **Algumas Considerações sobre Política e Corrupção na Grécia Antiga.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

VOLVO. **Anti-corruption compliance policy.** Disponível em:
<<http://corporate.renault-trucks.com/media/document/anti-corruption-program/ab-volvo-anti-corruption-compliance-policy.pdf>>. Acesso em: 17 de set. 2013.

_____. **Código de Conduta.** Disponível em:
<[http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brazil/documents/Código%20de%20Conduta%20Volvo%20\(950kb\).pdf](http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brazil/documents/Código%20de%20Conduta%20Volvo%20(950kb).pdf)>. Acesso em: 17 de set. 2013.

_____. **Manual de Conduta.** Disponível em:
<http://www.volvo.com.br/relatoriosocial/relatorio2011h/pdf/manual_de_conduta.pdf> . Acesso em: 17 de set. 2013.

_____. **The Volvo Group Sustainability Report 2012.** Disponível em:
<www.volvogroup.com/sustainabilityreport>. Acesso em: 17 de set. 2013.

ANEXO A
Foreign Corrupt Practices Act

Para aumentar a ciência e entendimento do FCPA, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (*Department of Justice* – DOJ) disponibiliza traduções não oficiais da lei em várias línguas. A tradução para o português disponibilizada foi empregada, em paralelo com o texto original, como referência no desenvolvimento do presente trabalho. A referida tradução, que compõe esse ANEXO A, pode ser acessada no *link* <<http://www.justice.gov/criminal/fraud/fcpa/docs/fcpa-portuguese.pdf>>.

[Em 22 de julho de 2004]

**Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da
Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior¹**

***Atualizada até a Lei de Direito Público Pub. L. 105-366 (10 de novembro de
1998)***

**CÓDIGO FEDERAL DOS EUA
TÍTULO 15. COMÉRCIO E NEGOCIAÇÃO
(CAPÍTULO 2B - BOLSAS DE VALORES)**

§ 78m. Relatórios periódicos e outros

(a) Relatórios por emissores de valores mobiliários; conteúdo

Todo emissor de um valor mobiliário registrado de acordo com a seção 78l deste título apresentará à Comissão, de acordo com as regras e regulamentos que a Comissão² venha a ditar como necessários ou apropriados para a devida proteção dos investidores e para assegurar uma negociação justa do título mobiliário --

(1) informações e documentos (e cópias dos mesmos) que a Comissão exigir para manter razoavelmente atualizadas as informações e a documentação que devem ser juntadas ou submetidas com uma proposta ou declaração de registro apresentados de acordo com a seção 78l deste título, exceto que a Comissão não poderá exigir a juntada de qualquer contrato relevante executado inteiramente antes de 1o de julho de 1962.

(2) relatórios anuais (e cópias dos mesmos) certificados por contadores públicos independentes (se assim exigirem as regras e regulamentos da Comissão), e relatórios trimestrais (e cópias dos mesmos), como venha a ditar a Comissão.

Todo emissor de valor mobiliário registrado em bolsa de valores nacional deverá também submeter uma duplicata do original dessas informações, documentos e relatórios apresentados à dita bolsa.

(b) Forma de relatório; livros contábeis, registros e contabilidade interna; diretivas

¹ Nota da Tradutora: Referindo-se, sempre, ao título da lei, em inglês, *The Foreign Corrupt Practices Act*.

² Nota da Tradutora: Referindo-se à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, ou *SEC, Securities and Exchange Commission*.

(2) Todo emissor que possua uma classe de valores mobiliários registrados de acordo com a seção 78l deste título e todo emissor obrigado a apresentar relatórios de acordo com a seção 78o(d) deste título, deverá--

(A) preparar e manter livros contábeis, registros e contas que, com um nível razoável de detalhe, reflitam de forma completa e precisa as transações e as disposições dos ativos do emissor; e

(B) criar e manter um sistema interno de controles contábeis, suficiente para fornecer garantias razoáveis de que--

(i) as transações sejam executadas de acordo com a autorização geral ou específica da direção da empresa;

(ii) as transações sejam registradas conforme necessário para (I) permitir o preparo de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos ou quaisquer outros critérios aplicáveis a tais demonstrações e (II) manter uma prestação de contas dos ativos;

(iii) o acesso aos ativos seja permitido somente de acordo com a autorização geral ou específica da direção da empresa; e (iv) o registro de prestação de contas dos ativos seja comparado com os ativos existentes a intervalos razoáveis e que as medidas apropriadas sejam tomadas com respeito a quaisquer diferenças.

(3) (A) Com respeito a questões relativas à segurança nacional dos Estados Unidos, não se imporá nenhuma obrigação ou responsabilidade civil do parágrafo (2) desta subseção à pessoa alguma que agir em cooperação com o chefe de qualquer departamento ou órgão federal responsável por tais questões, se tal ação em cooperação com o chefe de tal departamento ou órgão federal foi empreendida em atendimento a uma diretiva específica e por escrito do chefe de tal departamento ou órgão, nos termos de uma autorização presidencial para emitir tais diretivas. Toda diretiva emitida à luz do presente parágrafo deverá definir os fatos e as circunstâncias específicos com relação aos quais as cláusulas deste parágrafo deverão ser invocadas. Toda diretiva desse tipo deverá, a menos que seja renovada por escrito, caducar um ano após a data de emissão.

(B) Todo chefe de departamento ou órgão federal dos Estados Unidos que emitir tal diretiva à luz deste parágrafo deverá manter um arquivo completo de todas tais diretivas e deverá, em 1º de outubro de cada ano, transmitir um resumo das matérias tratadas pelas diretivas que estavam em vigor em qualquer época do ano anterior à Comissão Permanente e Especial sobre Inteligência da Câmara dos Deputados e à Comissão Especial sobre Inteligência do Senado³.

³ Nota da Tradutora: Referindo-se às casas legislativas dos EUA, em inglês, *Permanent Select Committee on intelligence of the House of Representatives* e *Select Committee on intelligence of the Senate*.

(4) Nenhuma responsabilidade penal será imposta pelo não cumprimento das exigências do parágrafo (2) desta subseção, exceto conforme estabelecido no parágrafo (5) desta subseção.

(5) Nenhuma pessoa poderá sabidamente burlar ou deixar de implementar um sistema de controles internos de contabilidade ou sabidamente falsificar qualquer livro, conta ou registro contábil descrito no parágrafo (2).

(6) Quando um emissor que possui uma classe de valores mobiliários registrados de acordo com a seção 78l deste título, ou um emissor obrigado a submeter relatórios de acordo com a seção 78o(d) deste título, detiver 50 por cento ou menos do poder de voto com respeito a uma empresa nacional ou estrangeira, as cláusulas do parágrafo (2) exigem somente que o emissor proceda de boa fé para usar a sua influência, na medida razoável às circunstâncias de tal emissor, para convencer tal empresa nacional ou estrangeira a criar e manter um sistema de controles internos de contabilidade que seja compatível com o parágrafo (2). Tais circunstâncias incluem o grau relativo de propriedade que o emissor tem sobre a empresa nacional ou estrangeira e as leis e práticas que regem as operações comerciais do país no qual se localiza tal empresa. Presumir-se-á que um emissor que demonstrar esforços de boa fé para usar tal influência tenha cumprido com as exigências do parágrafo (2).

(7) Para fins do parágrafo (2) desta subseção, os termos "garantias razoáveis" e "detalhe razoável" significam o nível de detalhe e grau de garantia tais que satisfariam a dirigentes prudentes na conduta de seus próprios negócios.

§ 78dd-1 [Seção 30A da Lei de Mercado de Capitais (*Securities & Exchange Act*) dos EUA, de 1934.

Práticas comerciais proibidas a emissores no exterior

(a) Proibição

É proibido a um emissor que possua uma classe de valores mobiliários registrados de acordo com a seção 78l deste título ou que seja obrigado a apresentar relatórios nos termos da seção 78o(d) deste título, ou a qualquer dirigente, diretor, funcionário ou agente de tal emissor, ou a qualquer acionista do mesmo que aja em nome do dito emissor, fazer uso dos correios ou de qualquer outro meio ou organismo governamental de comércio interestadual, de forma corrupta, para promover uma oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer soma em dinheiro, ou oferta, doação ou promessa de doação, ou ainda uma autorização de doação de qualquer item de valor a –

(1) qualquer dirigente estrangeiro, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal dirigente estrangeiro em sua capacidade oficial, (ii) induzir tal dirigente estrangeiro a realizar ou deixar de realizar qualquer ação em violação à sua obrigação legal, ou (iii) garantir qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente estrangeiro ao uso de sua influência perante um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo e,

assim, ajudar tal emissor a obter e manter negócios para qualquer pessoa ou direcionar negócios a essa pessoa;

(2) qualquer partido político estrangeiro ou a dirigente do mesmo ou a qualquer candidato a cargo político estrangeiro para fins de –

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal partido, dirigente ou candidato em sua capacidade oficial, (ii) induzir tal partido, dirigente ou candidato a realizar ou deixar de realizar um ato, em violação da obrigação legal de tal partido, dirigente ou candidato, ou (iii) garantir a obtenção de alguma vantagem indevida; ou

(B) induzir tal partido, dirigente ou candidato a usar sua influência perante um governo ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo governamental e,

assim, ajudar o dito emissor na obtenção ou manutenção de negócios para qualquer pessoa ou direcionar negócios para essa pessoa; ou

(3) qualquer pessoa, sabendo que toda ou parte de tal soma em dinheiro ou item de valor será direta ou indiretamente oferecido, doado ou prometido a qualquer dirigente estrangeiro, partido político estrangeiro ou dirigente do mesmo, ou a qualquer candidato a cargo político estrangeiro, para fins de –

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal dirigente, partido político, dirigente de partido político ou candidato de partido político no exterior, em sua capacidade oficial, (ii) induzir tal dirigente, partido político, dirigente de partido, ou candidato de partido no exterior a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, em violação da obrigação legal de tal dirigente, partido político, dirigente de partido ou candidato de partido político no exterior, ou (iii) garantir a obtenção de alguma vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente, partido político, dirigente de partido político ou candidato de partido político no exterior a usar sua influência junto a governos ou organismos governamentais no exterior para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo governamental e,

assim, ajudar o dito emissor na obtenção ou manutenção de negócios para qualquer pessoa ou direcionar negócios a essa pessoa.

(b) Exceção para ação governamental de rotina

As subseções (a) e (g) desta seção não se aplicam a nenhum pagamento de facilitação ou agilização a um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro para fins de agilizar ou garantir a realização de uma ação governamental de rotina por um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro.

(c) Defesas afirmativas

Constituirá defesa afirmativa das ações previstas na subseção (a) ou (g) desta seção o fato de que –

(1) o pagamento, doação, oferta ou promessa feitos de qualquer item de valor era considerado lícito à luz da legislação codificada e dos regulamentos do país do dirigente governamental, partido político ou candidato de partido político; ou

(2) o pagamento, doação, oferta ou promessa feitos de qualquer item de valor era considerado despesas razoáveis e legítimas, como, por exemplo, despesas de viagem e acomodação, incorridas pelo dirigente governamental, partido político, dirigente ou candidato de partido político estrangeiro ou em nome destes, despesas essas diretamente relacionadas à –

(A) promoção, demonstração ou explicação de produtos ou serviços; ou

(B) execução ou cumprimento de um contrato com um governo estrangeiro ou órgão do mesmo.

(d) Diretrizes do Procurador Geral Federal

Até no máximo um ano após 23 de agosto de 1988, o Procurador Geral Federal (“Attorney General”), em consulta com a Comissão, o Secretário do Comércio, o Representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos (*United States Trade Representative*), o Secretário de Estado (*Secretary of State*) e o Secretário do Tesouro Nacional (*Secretary of the Treasury*), e após ouvir todas as partes interessadas por meio de procedimentos de notificação e consulta pública, determinará até que medida o cumprimento desta seção seria melhorado e a comunidade de negócios seria auxiliada por maiores esclarecimentos sobre as cláusulas precedentes desta seção e, com base em tal determinação e na medida do necessário e apropriado, poderá adotar –

(1) diretrizes descrevendo tipos específicos de condutas associadas a tipos comuns de acordos de venda e contratos comerciais de exportação que, para os fins da política atual de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça, o Procurador Geral determine estarem em conformidade com as cláusulas precedentes desta seção; e

(2) procedimentos gerais de precaução que os emissores podem usar voluntariamente para se adequarem à política atual do Departamento de Justiça dos EUA sobre as cláusulas precedentes desta seção.

O Procurador Geral emitirá as diretrizes e procedimentos a que se refere o parágrafo precedente de acordo com as cláusulas do sub-capítulo II, capítulo 5 do Título 5, sendo que essas diretrizes e procedimentos submeter-se-ão às cláusulas do capítulo 7 do mesmo título.

(e) Opiniões do Procurador Geral

(1) O Procurador Geral, após consulta com os devidos departamentos e órgãos federais dos Estados Unidos e após ouvir todas as partes interessadas por meio de procedimentos de notificação e consulta pública, estabelecerá um procedimento para responder a consultas específicas de emissores sobre a adequação de sua conduta à atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça sobre as cláusulas precedentes desta seção. Dentro de 30 dias após o recebimento de tal pedido, o Procurador Geral emitirá um parecer para responder ao mesmo. O parecer deverá esclarecer se uma conduta potencial específica violaria ou não as cláusulas precedentes desta seção, tendo em vista a atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça. Pode-se solicitar outros pedidos de esclarecimento ao Procurador Geral sobre outras condutas potenciais específicas além do escopo de conduta especificada em pedidos anteriores. Em qualquer ação movida à luz das cláusulas aplicáveis desta seção, haverá uma presunção refutável de que essa conduta, especificada num pedido de emissor e sobre a qual o Procurador Geral tenha emitido um parecer de que tal conduta se conforma à atual norma de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça, se conforma às cláusulas precedentes desta seção. Tal presunção pode ser contestada por uma preponderância da prova. Na consideração da presunção para os fins deste parágrafo, o tribunal deve ponderar todos os fatores pertinentes, inclusive, de forma não limitada, se a informação submetida ao Procurador Geral estava completa e correta e se estava dentro do escopo da conduta especificada em qualquer pedido de esclarecimento recebido pelo Procurador Geral. O Procurador Geral estabelecerá o procedimento requerido por este parágrafo de acordo com as cláusulas do sub-capítulo II, capítulo 5 do Título 5, sendo que esse procedimento deverá subordinar-se às cláusulas do capítulo 7 do mesmo título.

(2) Todo documento ou outro material fornecido ao Departamento de Justiça ou recebido ou preparado pelo mesmo ou por qualquer outro departamento ou órgão federal dos EUA em conexão a um pedido de um emissor, segundo o procedimento estabelecido no parágrafo (1), ficará isento de divulgação nos termos da seção 552 do Título 5 e não será disponibilizado ao público, exceto se o emissor assim consentir, quer o Procurador Geral responda ou não a tal pedido de esclarecimento ou o emissor retire ou não o pedido antes de receber uma resposta.

(3) Qualquer emissor que tenha pedido esclarecimento ao Procurador Geral à luz do parágrafo (1) poderá retirar tal pedido antes da emissão do parecer do Ministério Público em resposta a tal pedido. Todo pedido assim retirado carecerá de toda

eficácia ou efeito.

(4) O Procurador Geral, na medida máxima praticável, fornecerá orientação em tempo hábil sobre a atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça com respeito às cláusulas precedentes desta seção a potenciais exportadores e pequenas empresas que não puderem obter orientação legal especializada em assuntos pertinentes a tais cláusulas. Tal orientação limitar-se-á a respostas a pedidos feitos sob o parágrafo (1) sobre a conformidade da conduta potencial especificada à atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça sobre as cláusulas precedentes desta seção e explicações gerais sobre as responsabilidades de cumprimento e potenciais obrigações à luz das cláusulas precedentes desta seção.

(f) Definições

Para fins desta seção:

(1) (A) O termo “dirigente estrangeiro” significa qualquer dirigente ou funcionário oficial de um governo estrangeiro ou de qualquer ministério, departamento, órgão ou organismo governamental do mesmo, ou de uma organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em qualidade oficial para um governo, ministério, departamento, órgão ou organismo governamental ou em nome destes, ou ainda para uma organização pública internacional ou em nome desta.

(B) Para fins do subparágrafo (A), o termo “organização pública internacional” significa –

(i) Uma organização que é designada por Mandado Executivo de acordo com a seção 1 da Lei de Imunidade das Organizações Internacionais, em inglês *International Organizations Immunities Act* (22 U.S.C. § 288); ou

(ii) qualquer outra organização internacional que é designada pelo Presidente por Mandado Executivo para os fins desta seção, com entrada em vigor na data de publicação do dito mandado no Diário Oficial da União (nos EUA, *Federal Register*).

(2) (A) Considera-se uma pessoa “ciente” quanto a uma conduta, circunstância ou resultado, se –

(i) essa pessoa percebe que ela está adotando tal conduta, que tal circunstância existe ou que tal resultado tem uma probabilidade substancial de acontecer; ou

(ii) essa pessoa tem firme crença de que tal circunstância existe ou que tal resultado tem probabilidade substancial de acontecer.

(B) Quando se exige conhecimento da existência de uma circunstância particular para a comissão de uma ofensa, tal conhecimento é estabelecido quando uma pessoa está ciente de que há uma alta probabilidade da existência de tal circunstância, a menos que a pessoa acredite de fato que tal circunstância não

existe.

(3) (A) O termo “ação governamental de rotina” significa somente uma ação que é normal e comumente realizada por um dirigente estrangeiro ao –

(i) obter autorizações, licenças ou outros documentos oficiais para qualificar uma pessoa a conduzir negócios em um país estrangeiro;

(ii) processar documentação governamental, tais como vistos e ordens de trabalho;

(iii) fornecer proteção policial, coleta e entrega de correspondência ou agendamento de inspeções relacionadas ao cumprimento de contratos ou inspeções relacionadas ao trânsito de bens pelo país;

(iv) fornecer serviço telefônico, elétrico, de água, carregamento e descarregamento de carga, ou proteger produtos perecíveis ou produtos básicos contra a deterioração; ou

(v) empreender ações de natureza semelhante.

(B) O termo “ação governamental de rotina” não inclui a tomada de decisão, por parte de um dirigente estrangeiro, de outorgar ou não novos contratos, e em que termos outorgá-los, ou a decisão de prorrogar um contrato com uma determinada parte, ou qualquer ação empreendida por um dirigente estrangeiro envolvido no processo de tomada de decisão para estimular uma decisão de outorgar um novo contrato ou prorrogar um contrato com uma parte determinada.

(g) Jurisdição Alternativa

(1) É também ilegal que qualquer emissor constituído segundo as leis dos Estados Unidos ou de um estado, território, possessão ou membro da comunidade dos Estados Unidos ou de uma das subdivisões políticas dos mesmos e que tenha uma classe de valores mobiliários registrados de acordo com a seção 12 deste título ou que tenha de apresentar relatórios segundo a seção 15(d) deste título, ou que qualquer pessoa dos Estados Unidos que seja um dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista do dito emissor ou um acionista agindo em nome do dito emissor pratique corruptamente qualquer ato fora dos Estados Unidos para promover uma oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de doação de qualquer item de valor a qualquer das pessoas ou entidades previstas nos parágrafos (1), (2) e (3) desta subseção (a) desta seção para os fins aí especificados, quer tal emissor ou dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista use os correios ou quaisquer meios ou organismos governamentais de comércio interestadual para promover tal oferta, doação, pagamento, promessa ou autorização.

(2) Conforme usado nesta subseção, o termo “pessoa dos Estados Unidos” significa um cidadão dos Estados Unidos (como definido na seção 101 da Lei de Imigração e Nacionalidade dos EUA, em inglês, *Immigration and Nationality Act* (8 U.S.C. §

1101)) ou qualquer empresa, sociedade, associação, empresa de capital comum, truste comercial, organização não constituída comercialmente ou empresas de um só proprietário constituídas ao abrigo da legislação dos Estados Unidos ou de qualquer de seus estados, territórios, possessões, membros da comunidade dos Estados Unidos ou qualquer subdivisão política dos mesmos.

§ 78dd-2. Práticas comerciais de empreendimentos nacionais proibidas no exterior

(a) Proibição

Será ilícito a qualquer empreendimento nacional, exceto um emissor sujeito à seção 78dd-1 deste título, ou a qualquer dirigente, diretor, funcionário ou agente de tal empreendimento nacional ou qualquer acionista do mesmo que esteja agindo em nome do mesmo, fazer uso dos correios ou qualquer outro meio ou organismo governamental de comércio interestadual corruptamente para promover uma oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer soma em dinheiro ou oferta, doação, promessa de doação ou autorização de doação de qualquer item de valor a –

(1) qualquer dirigente estrangeiro, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal dirigente estrangeiro na sua qualidade oficial, (ii) induzir tal dirigente estrangeiro a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, em violação à obrigação legal de tal dirigente, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente estrangeiro a usar a sua influência junto a um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo governamental,

para ajudar tal empreendimento nacional a obter ou manter um negócio para qualquer pessoa ou direcionar um negócio a essa pessoa;

(2) qualquer partido político estrangeiro ou dirigente do mesmo ou um candidato a cargo político no exterior, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal partido, dirigente ou candidato em sua qualidade oficial, (ii) induzir tal partido, dirigente ou candidato a realizar ou deixar de realizar uma ação, em violação à obrigação legal de tal partido, dirigente ou candidato, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal partido, dirigente ou candidato a usar a sua influência junto a um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo governamental,

para ajudar tal empreendimento nacional na obtenção ou manutenção de negócio para qualquer pessoa ou direcionar negócio a essa pessoa;

(3) qualquer pessoa, sabendo que o total ou parte de tal soma em dinheiro ou item de valor será direta ou indiretamente oferecido, doado ou prometido a qualquer dirigente estrangeiro, partido político ou dirigente do mesmo no exterior, ou a qualquer candidato a cargo político no exterior, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal dirigente, partido político, dirigente de partido político ou candidato de partido político no exterior, em sua qualidade oficial, (ii) induzir tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido no exterior a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, em violação à obrigação legal de tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido político no exterior, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido político estrangeiro a usar sua influência junto a um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo,

para ajudar tal empreendimento nacional na obtenção ou manutenção de negócios para qualquer pessoa ou para direcionar negócios a essa pessoa.

(b) Exceção para ação governamental de rotina

As subseções (a) e (i) desta seção não se aplicam a nenhum pagamento de facilitação ou agilização a um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro para fins de agilizar ou garantir a realização de uma ação governamental de rotina por um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro.

(c) Defesas Afirmativas

Constituirá defesa afirmativa das ações previstas na subseção (a) ou (i) desta seção o fato de que --

(1) o pagamento, doação, oferta ou promessa feitos de qualquer item de valor era considerado lícito à luz da legislação codificada e dos regulamentos do país do dirigente governamental, partido político ou candidato de partido político; ou

(2) o pagamento, doação, oferta ou promessa feitos de qualquer item de valor era considerado como despesas razoáveis e legítimas -- por exemplo, despesas de viagem e acomodação -- incorridas pelo dirigente governamental, partido político, dirigente ou candidato de partido político estrangeiro ou em nome destes, despesas essas diretamente relacionadas à --

(A) promoção, demonstração ou explicação de produtos ou serviços; ou

(B) execução ou cumprimento de um contrato com um governo estrangeiro ou órgão do mesmo.

(d) Medida Liminar

(1) Quando parecer ao Procurador Geral que um empreendimento nacional a que esta seção se aplique, ou um dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista do mesmo está envolvido ou a ponto de se envolver in qualquer ato ou prática que constitui uma violação da subseção (a) ou (i) desta seção, o Procurador Geral poderá, a seu critério, impetrar ação cível na vara federal apropriada para impedir tal ato ou prática, e, mediante prova adequada, uma liminar ou mandado de segurança permanente será concedida sem caução.

(2) Para o fim de qualquer investigação cível que, na opinião do Procurador Geral, seja necessária e apropriada para o cumprimento desta seção, o Procurador Geral ou o seu designado têm poderes para aplicar juramentos e afirmações, intimar testemunhas, ouvir provas e exigir a apresentação de registros, papeis ou outros documentos que o Procurador Geral julgue pertinentes ou cabíveis à dita investigação. O comparecimento de testemunhas e a apresentação de provas documentais podem ser exigidos em qualquer lugar dos Estados Unidos, ou em qualquer território, possessão ou membro da comunidade dos Estados Unidos, em qualquer lugar designado para a audiência.

(3) Na hipótese de contumácia ou recusa de qualquer pessoa em obedecer à intimação, o Procurador Geral poderá invocar a ajuda de qualquer tribunal dos Estados Unidos na jurisdição em que tal investigação ou processo estiver em trâmite ou onde tal pessoa resida ou exerça seu negócio, para exigir o comparecimento e depoimento de testemunhas e a apresentação de registros, papeis ou outros documentos. Esse tribunal poderá emitir um mandado exigindo que tal pessoa compareça diante do Procurador Geral ou o seu designado para apresentar os ditos registros, se assim ordenado, ou para prestar testemunho sobre a matéria sob investigação. A não obediência a tal mandado judicial pode ser punida por tal juízo como desacato à autoridade do mesmo.

As comunicações processuais, em qualquer processo desse tipo, podem ser feitas na jurisdição onde a pessoa resida ou se encontre. O Procurador Geral poderá adotar regras relativas às investigações cíveis que sejam necessárias ou apropriadas para implementar as cláusulas desta subseção.

(e) Diretrizes do Procurador Geral Federal

Até no máximo 6 meses após 23 de agosto de 1988, o Procurador Geral, após consulta com a Comissão (*Securities and Exchange Commission*), o Secretário do Comércio, o Representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos (*United States Trade Representative*), o Secretário de Estado (*Secretary of State*) e o Secretário do Tesouro Nacional (*Secretary of the Treasury*), e após ouvir todas as partes interessadas por meio de procedimentos de notificação e consulta pública, determinará até que medida o cumprimento desta seção seria melhorado e a comunidade de negócios seria auxiliada por maiores esclarecimentos sobre as cláusulas precedentes desta seção e, com base em tal determinação e na medida do necessário e apropriado, poderá adotar --

(1) diretrizes descrevendo tipos específicos de condutas associadas a tipos comuns de acordos de venda e contratos comerciais de exportação que, para os fins da política atual de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça, o Procurador Geral determine estarem em conformidade com as cláusulas precedentes desta seção; e

(2) procedimentos gerais de precaução que os empreendimentos nacionais podem usar voluntariamente para se adequarem à política atual do Departamento de Justiça dos EUA sobre as cláusulas precedentes desta seção.

O Procurador Geral emitirá as diretrizes e procedimentos a que se refere o parágrafo precedente de acordo com as cláusulas do sub-capítulo II, capítulo 5 do Título 5, sendo que essas diretrizes e procedimentos submeter-se-ão às cláusulas do capítulo 7 do mesmo título.

(f) Opiniões do Procurador Geral

(1) O Procurador Geral, após consulta com os devidos departamentos e órgãos federais dos Estados Unidos e após ouvir todas as partes interessadas por meio de procedimentos de notificação e consulta pública, estabelecerá um procedimento para responder a consultas específicas de empreendimentos nacionais sobre a adequação de sua conduta à atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça sobre as cláusulas precedentes desta seção. Dentro de 30 dias após o recebimento de tal pedido, o Procurador Geral emitirá um parecer para responder ao mesmo. O parecer deverá esclarecer se uma conduta potencial específica violaria ou não as cláusulas precedentes desta seção, tendo em vista a atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça. Pode-se solicitar outros pedidos de esclarecimento ao Procurador Geral sobre outras condutas potenciais específicas além do escopo de conduta especificada em pedidos anteriores. Em qualquer ação movida à luz das cláusulas aplicáveis desta seção, haverá uma presunção refutável de que essa conduta, especificada num pedido de empreendimento nacional e sobre a qual o Procurador Geral tenha emitido um parecer de que tal conduta se conforma à atual norma de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça, se conforma às cláusulas precedentes desta seção. Tal presunção pode ser contestada por uma preponderância da prova. Na consideração da presunção para os fins deste parágrafo, o tribunal deve ponderar todos os fatores pertinentes, inclusive, de forma não limitada, se a informação submetida ao Procurador Geral estava completa e correta e se estava dentro do escopo da conduta especificada em qualquer pedido de esclarecimento recebido pelo Procurador Geral. O Procurador Geral estabelecerá o procedimento requerido por este parágrafo de acordo com as cláusulas do sub-capítulo II, capítulo 5 do Título 5, sendo que esse procedimento deverá subordinar-se às cláusulas do capítulo 7 do mesmo título.

(2) Todo documento ou outro material fornecido ao Departamento de Justiça ou recebido ou preparado pelo mesmo ou por qualquer outro departamento ou órgão federal dos EUA em conexão a um pedido de um empreendimento nacional, segundo o procedimento estabelecido no parágrafo (1), ficará isento de divulgação nos termos da seção 552 do Título 5 e não será disponibilizado ao público, exceto se

o empreendimento nacional assim consentir, quer o Procurador Geral responda ou não a tal pedido de esclarecimento ou o empreendimento nacional retire ou não o pedido antes de receber uma resposta.

(3) Qualquer empreendimento nacional que tenha pedido esclarecimento ao Procurador Geral à luz do parágrafo (1) poderá retirar tal pedido antes da emissão do parecer do Ministério Público em resposta a tal pedido. Todo pedido assim retirado carecerá de toda eficácia ou efeito.

(4) O Procurador Geral, na medida máxima praticável, fornecerá orientação em tempo hábil sobre a atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça com respeito às cláusulas precedentes desta seção a potenciais exportadores e pequenas empresas que não puderem obter orientação legal especializada em assuntos pertinentes a tais cláusulas. Tal orientação limitar-se-á a respostas a pedidos feitos sob o parágrafo (1) sobre a conformidade da conduta potencial especificada à atual política de cumprimento regulamentar do Departamento de Justiça sobre as cláusulas precedentes desta seção e explicações gerais sobre as responsabilidades de cumprimento e potenciais obrigações à luz das cláusulas precedentes desta seção.

(g) Penalidades

(1) (A) Todo empreendimento nacional que não for pessoa física e que violar a subseção (a) ou (i) desta seção será multado em não mais do que \$2.000.000.

(B) Todo empreendimento nacional que não for pessoa física e que violar a subseção (a) ou (i) desta seção subordinar-se-á a penalidade cível de não mais do que \$10.000, imposta em um processo impetrado pelo Procurador Geral.

(2) (A) Toda pessoa natural que for um dirigente, diretor, funcionário ou agente de um empreendimento nacional, ou acionista agindo em nome de tal empreendimento nacional, que deliberadamente violar a subseção (a) ou (i) desta seção será multado em não mais do que \$100.000 ou encarcerado por não mais do que 5 anos, ou ambos.

(B) Toda pessoa física que for um dirigente, diretor, funcionário ou agente de um empreendimento nacional, ou acionista agindo em nome de tal empreendimento nacional, que deliberadamente violar a subseção (a) ou (i) desta seção subordinar-se-á a penalidade cível de não mais do que \$10.000 imposta no âmbito de processo impetrado pelo Procurador Geral.

(3) Sempre que for imposta uma multa à luz do parágrafo (2) a qualquer dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista de um empreendimento nacional, tal multa não pode ser direta ou indiretamente paga por tal empreendimento nacional.

(h) Definições

Para fins desta seção:

(1) O termo "empreendimento nacional" significa--

(A) qualquer indivíduo que é cidadão, nativo ou residente dos Estados Unidos; e

(B) qualquer sociedade anônima, sociedade, associação, empresa de capital comum, truste comercial, organização não constituída comercialmente ou empresas de um só proprietário que tenham sua sede nos Estados Unidos, ou que tenha sido organizada segundo as leis de um estado dos Estados Unidos, ou de um território, possessão, ou membro da comunidade dos Estados Unidos.

(2) (A) O termo "dirigente estrangeiro" significa qualquer dirigente ou funcionário de um governo estrangeiro ou qualquer departamento, órgão ou organismo governamental ou de uma organização pública internacional ou qualquer pessoa que atuar em qualidade oficial para tal governo ou departamento, órgão ou organismo, ou que atuar para tal organização pública internacional ou em nome deles.

(B) Para fins do subparágrafo (A), o termo "organização pública internacional " significa --

(i) uma organização que foi designada por Mandado Executivo de acordo com a seção 1 da lei sobre imunidade das organizações internacionais intitulada, em inglês, *International Organizations Immunities Act* (22 U.S.C. § 288); ou

(ii) qualquer outra organização internacional que é designada pelo Presidente por Mandado Executivo para os fins desta seção, com entrada em vigor na data de publicação do dito mandado no Diário Oficial da União (nos EUA, *Federal Register*).

(3) (A) Considera-se uma pessoa "ciente" quanto a uma conduta, circunstância ou resultado, se --

(i) essa pessoa percebe que ela está adotando tal conduta, que tal circunstância existe ou que tal resultado tem uma probabilidade substancial de acontecer; ou

(ii) essa pessoa tem firme crença de que tal circunstância existe ou que tal resultado tem probabilidade substancial de acontecer.

(B) Quando se exige conhecimento da existência de uma circunstância particular para a comissão de uma ofensa, tal conhecimento é estabelecido quando uma pessoa está ciente de que há uma alta probabilidade da existência de tal circunstância, a menos que a pessoa acredite de fato que tal circunstância não existe.

(4) (A) O termo "ação governamental de rotina" significa somente uma ação que é normal e comumente realizada por um dirigente estrangeiro ao --

(i) obter autorizações, licenças ou outros documentos oficiais para qualificar uma pessoa a conduzir negócios em um país estrangeiro;

- (ii) processar documentação governamental, tais como vistos e ordens de trabalho;
- (iii) fornecer proteção policial, coleta e entrega de correspondência ou agendamento de inspeções relacionadas ao cumprimento de contratos ou inspeções relacionadas ao trânsito de bens pelo país;
- (iv) fornecer serviço telefônico, elétrico, de água, carregamento e descarregamento de carga, ou proteger produtos perecíveis ou produtos básicos contra a deterioração; ou
- (v) empreender ações de natureza semelhante.

(B) O termo “ação governamental de rotina” não inclui a tomada de decisão, por parte de um dirigente estrangeiro, de outorgar ou não novos contratos, e em que termos outorgá-los, ou a decisão de prorrogar um contrato com uma determinada parte, ou qualquer ação empreendida por um dirigente estrangeiro envolvido no processo de tomada de decisão para estimular uma decisão de outorgar um novo contrato ou prorrogar um contrato com uma parte determinada.

(5) O termo "comércio interestadual" significa intercâmbio, comércio, transporte ou comunicação entre vários Estados ou entre um país estrangeiro e qualquer Estado, ou entre qualquer Estado e um lugar ou navio qualquer fora do mesmo, e tal termo inclui o uso intra-estadual de --

- (A) um telefone ou outro meio de comunicação interestadual, ou
- (B) qualquer outro organismo governamental interestadual.

(i) Jurisdição Alternativa

(1) É também ilegal que qualquer pessoa dos Estados Unidos pratique corruptamente qualquer ato fora dos Estados Unidos para promover uma oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de doação de qualquer item de valor a qualquer das pessoas ou entidades previstas nos parágrafos (1), (2) e (3) desta subseção (a) para os fins aí especificados, quer tal pessoa dos Estados Unidos use os correios ou quaisquer meios ou organismos governamentais de comércio interestadual para promover tal oferta, doação, pagamento, promessa ou autorização.

(2) Conforme usado nesta subseção, o termo “pessoa dos Estados Unidos” significa um cidadão dos Estados Unidos (como definido na seção 101 da Lei de Imigração e Nacionalidade dos EUA, em inglês, *Immigration and Nationality Act* (8 U.S.C. § 1101)) ou qualquer empresa, sociedade, associação, empresa de capital comum, truste comercial, organização não constituída comercialmente ou empresas de um só proprietário constituídas ao abrigo da legislação dos Estados Unidos ou de qualquer de seus estados, territórios, possessões, membros da comunidade dos Estados Unidos ou qualquer subdivisão política dos mesmos.

§ 78dd-3. Práticas comerciais proibidas no exterior a outras pessoas que não são emissores ou empreendimentos nacionais

(a) Proibição

É ilegal para qualquer pessoa que não seja um emissor que se enquadre na seção 30A da Lei de Mercados de Capitais (*Securities and Exchange Act*) de 1934 ou um empreendimento nacional (conforme definido na seção 104 desta Lei), ou para qualquer dirigente, diretor, funcionário ou agente de tal pessoa ou qualquer acionista da mesma que agir em nome de tal pessoa, enquanto estiver no território dos Estados Unidos, fazer uso dos correios ou qualquer outro meio ou organismo governamental de comércio interestadual corruptamente para promover uma oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer soma em dinheiro ou oferta, doação, promessa de doação ou autorização de doação de qualquer item de valor a --

(1) qualquer dirigente estrangeiro, com o fim de --

(A) (i) influenciar em qualquer ato ou decisão de tal dirigente estrangeiro em sua qualidade oficial, (ii) induzir tal dirigente estrangeiro a realizar ou deixar de realizar qualquer ação, em violação à obrigação legal de tal dirigente, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente estrangeiro a usar a sua influência junto a um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo governamental, para ajudar tal pessoa a obter ou manter um negócio para qualquer pessoa ou direcionar um negócio a qualquer pessoa;

(2) qualquer partido político estrangeiro ou dirigente do mesmo ou um candidato a cargo político no exterior, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal partido, dirigente ou candidato em sua qualidade oficial, (ii) induzir tal partido, dirigente ou candidato a realizar ou deixar de realizar um ato, em violação à obrigação legal de tal partido, dirigente ou candidato, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal partido, dirigente ou candidato a usar sua influência junto a um governo ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo

para ajudar tal pessoa na obtenção ou manutenção de negócio para qualquer outra pessoa ou direcionar negócio a essa outra pessoa;

(3) qualquer pessoa, sabendo que o total ou parte de tal soma em dinheiro ou item de valor será direta ou indiretamente oferecido, doado ou prometido a qualquer dirigente estrangeiro, partido político ou dirigente do mesmo no exterior, ou a qualquer candidato a cargo político no exterior, com o fim de --

(A) (i) influenciar qualquer ato ou decisão de tal dirigente, partido político, dirigente de partido político ou candidato de partido político no exterior, em sua qualidade oficial, (ii) induzir tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido no exterior a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, em violação à obrigação legal de tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido político no exterior, ou (iii) garantir a obtenção de qualquer vantagem indevida; ou

(B) induzir tal dirigente, partido político, dirigente ou candidato de partido político estrangeiro a usar sua influência junto a um governo estrangeiro ou organismo governamental para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo ou organismo,

para ajudar tal pessoa na obtenção ou manutenção de negócios para qualquer outra pessoa ou direcionar negócios para essa outra pessoa.

(b) Exceção para ação governamental de rotina

A subseção (a) desta seção não se aplica a nenhum pagamento de facilitação ou agilização a um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro para fins de agilizar ou garantir a realização de uma ação governamental de rotina por um dirigente, partido político ou dirigente de partido político estrangeiro.

(c) Defesas Afirmativas

Constituirá defesa afirmativa das ações previstas na subseção (a) desta seção o fato de que --

(1) o pagamento, doação, oferta ou promessa feitos de qualquer item de valor era considerado lícito à luz da legislação codificada e dos regulamentos do país do dirigente governamental, partido político ou candidato de partido político; ou

(2) o pagamento, doação, oferta ou promessa de qualquer item de valor feito era considerado despesas razoáveis e legítimas – por exemplo, despesas de viagem e acomodação – incorridas pelo dirigente governamental, partido político, dirigente ou candidato de partido político estrangeiro ou em nome destes, despesas essas diretamente relacionadas à --

(A) promoção, demonstração ou explicação de produtos ou serviços; ou (B) execução ou cumprimento de um contrato com um governo estrangeiro ou órgão do mesmo.

(d) Medida Liminar

(1) Quando parecer ao Procurador Geral que um empreendimento nacional a que esta seção se aplique, ou um dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista do mesmo está envolvido ou a ponto de se envolver in qualquer ato ou prática que constitui uma violação da subseção (a) desta seção, o Procurador Geral poderá, a

seu critério, impetrar ação cível na vara federal apropriada para impedir tal ato ou prática, e, mediante prova adequada, uma liminar ou mandado de segurança permanente será concedida sem caução.

(2) Para o fim de qualquer investigação cível que, na opinião do Procurador Geral, seja necessária e apropriada para o cumprimento desta seção, o Procurador Geral ou o seu designado têm poderes para aplicar juramentos e afirmações, intimar testemunhas, ouvir provas e exigir a apresentação de registros, papeis ou outros documentos que o Procurador Geral julgue pertinentes ou cabíveis à dita investigação. O comparecimento de testemunhas e a apresentação de provas documentais podem ser exigidos em qualquer lugar dos Estados Unidos, ou em qualquer território, possessão ou membro da comunidade dos Estados Unidos, em qualquer lugar designado para a audiência.

(3) Na hipótese de contumácia ou recusa de qualquer pessoa em obedecer à intimação, o Procurador Geral poderá invocar a ajuda de qualquer tribunal dos Estados Unidos na jurisdição em que tal investigação ou processo estiver em trâmite ou onde tal pessoa resida ou exerça seu negócio, para exigir o comparecimento e depoimento de testemunhas e a apresentação de registros, papeis ou outros documentos. Esse tribunal poderá emitir um mandado exigindo que tal pessoa compareça diante do Procurador Geral ou o seu designado para apresentar os ditos registros, se assim ordenado, ou para prestar testemunho sobre a matéria sob investigação. A não obediência a tal mandado judicial pode ser punida por tal juízo como desacato à autoridade do mesmo.

(4) As comunicações processuais, em qualquer processo desse tipo, podem ser feitas na jurisdição onde a pessoa resida ou se encontre. O Procurador Geral poderá adotar regras relativas às investigações cíveis que sejam necessárias ou apropriadas para implementar as cláusulas desta subseção.

(e) Penalidades

(1) (A) Toda pessoa jurídica que violar a subseção (a) desta seção será multada em não mais do que \$2.000.000.

(B) Toda pessoa jurídica que violar a subseção (a) desta seção estará sujeita a uma penalidade cível de não mais do que \$10.000 imposta no âmbito de um processo impetrado pelo Procurador Geral.

(2) (A) Toda pessoa física que deliberadamente violar a subseção (a) desta seção estará sujeita a penalidade cível de não mais do que \$100.000 ou prisão por não mais do que 5 anos, ou ambos.

(B) Toda pessoa física que violar a subseção (a) desta seção estará sujeita a penalidade cível de não mais do que \$10.000 imposta no âmbito de processo impetrado pelo Procurador Geral.

(3) Sempre que for imposta uma multa à luz do parágrafo (2) a qualquer dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista de uma pessoa, tal multa não pode ser direta ou indiretamente paga por tal pessoa.

(f) Definições

Para os fins desta seção:

(1) O termo “pessoa,” quando se referir a um infrator significa toda pessoa física que não é nativa dos Estados Unidos (conforme definido em 8 U.S.C. § 1101) ou qualquer empresa, sociedade, associação, empresa de capital comum, truste comercial, organização não constituída comercialmente ou empresas de um só proprietário organizadas segundo as leis de um país estrangeiro ou de qualquer subdivisão política do mesmo.

(2) (A) O termo “dirigente estrangeiro” significa qualquer dirigente ou funcionário de um governo estrangeiro ou qualquer departamento, órgão ou organismo governamental ou de uma organização pública internacional ou qualquer pessoa que atuar em qualidade oficial para tal governo ou departamento, órgão ou organismo, ou que atuar para tal organização pública internacional ou em nome deles.

Para fins do subparágrafo (A), o termo "organização pública internacional" significa --

(i) uma organização que foi designada por Mandado Executivo de acordo com a seção 1 da lei sobre imunidade das organizações internacionais intitulada, em inglês, *International Organizations Immunities Act* (22 U.S.C. § 288); ou

(ii) qualquer outra organização internacional que é designada pelo Presidente por Mandado Executivo para os fins desta seção, com entrada em vigor na data de publicação do dito mandado no Diário Oficial da União (nos EUA, *Federal Register*).

(3) (A) Considera-se uma pessoa “ciente” quanto a uma conduta, circunstância ou resultado, se --

(i) essa pessoa percebe que ela está adotando tal conduta, que tal circunstância existe ou que tal resultado tem uma probabilidade substancial de acontecer; ou

(ii) essa pessoa tem firme crença de que tal circunstância existe ou que tal resultado tem probabilidade substancial de acontecer.

(B) Quando se exige conhecimento da existência de uma circunstância particular para a comissão de uma ofensa, tal conhecimento é estabelecido quando uma pessoa está ciente de que há uma alta probabilidade da existência de tal circunstância, a menos que a pessoa acredite de fato que tal circunstância não existe.

(4) (A) O termo “ação governamental de rotina” significa somente uma ação que é normal e comumente realizada por um dirigente estrangeiro ao --

(i) obter autorizações, licenças ou outros documentos oficiais para qualificar uma pessoa a conduzir negócios em um país estrangeiro;

(ii) processar documentação governamental tais como vistos e ordens de trabalho;

(iii) fornecer proteção policial, coleta e entrega de correspondência ou agendamento de inspeções relacionadas ao cumprimento de contratos ou inspeções relacionadas ao trânsito de bens pelo país;

(iv) fornecer serviço telefônico, elétrico, de água, carregamento e descarregamento de carga, ou proteger produtos perecíveis ou produtos básicos contra a deterioração; ou

(v) empreender ações de natureza semelhante.

(B) O termo “ação governamental de rotina” não inclui a tomada de decisão, por parte de um dirigente estrangeiro, de outorgar ou não novos contratos, e em que termos outorgá-los, ou a decisão de prorrogar um contrato com uma determinada parte, ou qualquer ação empreendida por um dirigente estrangeiro envolvido no processo de tomada de decisão para estimular uma decisão de outorgar um novo contrato ou prorrogar um contrato com uma parte determinada.

(5) O termo "comércio interestadual" significa intercâmbio, comércio, transporte ou comunicação entre vários Estados ou entre um país estrangeiro e qualquer Estado, ou entre qualquer Estado e um lugar ou navio qualquer fora do mesmo, e tal termo inclui o uso intra-estadual de --

(A) um telefone ou outro meio de comunicação interestadual, ou (B) qualquer outro organismo governamental interestadual.

§ 78ff. Penalidades

(a) Violações deliberadas; declarações falsas e enganosas

Toda pessoa que deliberadamente violar qualquer cláusula deste capítulo (além da seção 78dd-1 deste título) ou qualquer regra ou regulamento em função do mesmo, cuja violação seja considerada ilícita ou cujo cumprimento seja exigido nos termos deste capítulo, ou toda pessoa que deliberadamente e sabidamente fizer ou levar alguém a fazer qualquer declaração em uma proposta, relatório ou documento que tenha que ser apresentado nos termos deste capítulo ou qualquer regra ou regulamento em função do mesmo ou qualquer empreendimento contido em uma declaração de registro, conforme previsto na subseção (d) da seção 78o deste título, ou por qualquer organização auto-regulada em conexão com uma proposta de filiação ou participação na mesma ou para se associar com um membro da mesma, cuja declaração for falsa ou enganosa com respeito a qualquer fato relevante, deverá, quando da condenação, ser multada em não mais do que \$5.000.000, ou encarcerada por não mais do 20 anos, ou ambos, exceto que, se se tratar de outra

pessoa além de uma pessoa física, uma multa de não mais do que \$25.000.000 poderá ser imposta; entretanto, nenhuma pessoa ficará sujeita a encarceramento, nos termos desta seção, por violação de uma regra ou regulamento, se provar que não tinha nenhum conhecimento de tal regra ou regulamento.

(b) Omissão na apresentação de informações, documentos ou relatórios

Qualquer emissor que deixar de apresentar informações, documentos ou relatórios cuja apresentação seja exigida nos termos da subseção (d) da seção 78o deste título ou de qualquer regra ou regulamento em função do mesmo deverá pagar aos Estados Unidos a soma de \$100 por cada dia que durar tal descumprimento. Esta penalidade, que deve ser imposta em vez de uma penalidade criminal pelo dito descumprimento da exigência de apresentação de documentos, o qual se poderia pensar como aplicável em função da subseção (a) desta seção, deverá ser paga ao Tesouro Nacional dos Estados Unidos e será recuperável em ação cível em nome dos Estados Unidos.

(c) Violações por emissores, dirigentes, diretores, acionistas, funcionários ou agentes de emissores

(1) (A) Todo emissor que violar a subseção (a) ou (g) da seção 30A deste título [15 U.S.C. § 78dd-1] será multado em não mais do que \$2.000.000.

(B) Qualquer emissor que violar a subseção (a) ou (g) da seção 30A deste título [15 U.S.C. § 78dd-1] estará sujeito a penalidade cível de não mais do que \$10.000 imposta em uma ação impetrada pela Comissão.

(2) (A) Todo dirigente, diretor, funcionário ou agente de um emissor ou acionista agindo em nome de tal emissor que deliberadamente violar a subseção (a) ou (g) da seção 30A deste título [15 U.S.C. § 78dd-1] será multado em não mais do que \$100.000, ou encarcerado por não mais do que 5 anos, ou ambos.

(B) Todo dirigente, diretor, funcionário ou agente de um emissor ou acionista agindo em nome de tal emissor que deliberadamente violar a subseção (a) ou (g) da seção 30A deste título [15 U.S.C. § 78dd-1] estará sujeito a penalidade cível de não mais do que \$10.000 imposta no âmbito de ação impetrada pela Comissão.

(3) Sempre que for imposta uma multa nos termos do parágrafo (2) contra qualquer dirigente, diretor, funcionário, agente ou acionista de um emissor, tal multa não pode ser direta ou indiretamente paga por tal emissor.

ANEXO B

Lei 12.846/2013, de 1º. de Agosto de 2013

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.

§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

§ 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da

data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

CAPÍTULO II

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:

I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão condenatória.

§ 1º As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida da manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.

§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

§ 4º Na hipótese do inciso I do caput, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

§ 6º (VETADO).

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a gravidade da infração;

II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

III - a consumação ou não da infração;

IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;

V - o efeito negativo produzido pela infração;

VI - a situação econômica do infrator;

VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade,

auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados; e

X - (VETADO).

Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

Art. 9º Competem à Controladoria-Geral da União - CGU a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei, praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no Artigo 4 da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.

Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§ 1º O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

§ 2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

§ 3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora.

Art. 11. No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação.

Art. 12. O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 10, para julgamento.

Art. 13. A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Concluído o processo e não havendo pagamento, o crédito apurado será inscrito em dívida ativa da fazenda pública.

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:

I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e

II - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;

III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 4º O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 6º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 7º Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.

§ 10. A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.

CAPÍTULO VI

DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I - ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II - ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§ 2º (VETADO).

§ 3º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé.

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

Art. 21. Nas ações de responsabilização judicial, será adotado o rito previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.

§ 1º Os órgãos e entidades referidos no caput deverão informar e manter atualizados, no Cnep, os dados relativos às sanções por eles aplicadas.

§ 2º O Cnep conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

I - razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - tipo de sanção; e

III - data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

§ 3º As autoridades competentes, para celebrarem acordos de leniência previstos nesta Lei, também deverão prestar e manter atualizadas no Cnep, após a efetivação do respectivo acordo, as informações acerca do acordo de leniência celebrado, salvo se esse procedimento vier a causar prejuízo às investigações e ao processo administrativo.

§ 4º Caso a pessoa jurídica não cumpra os termos do acordo de leniência, além das informações previstas no § 3º, deverá ser incluída no Cnep referência ao respectivo descumprimento.

§ 5º Os registros das sanções e acordos de leniência serão excluídos depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador ou do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado, mediante solicitação do órgão ou entidade sancionadora.

Art. 23. Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. A multa e o perdimento de bens, direitos ou valores aplicados com fundamento nesta Lei serão destinados preferencialmente aos órgãos ou entidades públicas lesadas.

Art. 25. Prescrevem em 5 (cinco) anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Parágrafo único. Na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração.

Art. 26. A pessoa jurídica será representada no processo administrativo na forma do seu estatuto ou contrato social.

§ 1º As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.

§ 2º A pessoa jurídica estrangeira será representada pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil.

Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 28. Esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

Art. 29. O disposto nesta Lei não exclui as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda para processar e julgar fato que constitua infração à ordem econômica.

Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:

I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e

II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 1º de agosto de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Luís Inácio Lucena Adams

Jorge Hage Sobrinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.8.2013